

**Estudo Contratado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão ao  
Centro de Investigação PROSPER, Católica-Lisbon  
Cofinanciado pelo POAT, Portugal 2020 e FEDER**



CATÓLICA-LISBON  
CENTER OF ECONOMICS  
FOR PROSPERITY · PROSPER

POAT 2020  
Programa Operacional  
Assistência Técnica

PORTUGAL  
2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional

# **Avaliabilidade de políticas de emprego cofinanciadas pelos Fundos Europeus**

**Produto Final 2**

29 de abril de 2023

# Lista de Conteúdos

- I. Introdução
- II. PI9: Identificação das lacunas de conhecimento, das necessidades dos stakeholders da proposta da equipa de áreas a ser objeto de avaliação
- III. Anexo PI9: Apresentação para a Reunião de Trabalho com os Stakeholders visando Selecionar as Questões a Avaliar
- IV. PI10: Questões Seleccionadas do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030
- V. PI11: Metodologias para a Avaliação de Programas de Emprego para a Inclusão
- VI. PI13: Lista de indicadores e respetivas fontes de informação
- VII. PI14: Questionário Modular

# Introdução

Este texto apresenta um desenvolvimento metodológico para a avaliação de programas de emprego para a inclusão. Iniciamos com a identificação das lacunas de conhecimento, das necessidades dos *stakeholders* e da proposta da equipa de áreas a serem objeto de avaliação. A seguir, apresentamos um PowerPoint feito para dinamizar um grupo de trabalho.

Posteriormente, realizamos uma seleção final das áreas a avaliar, bem como a definição das questões de avaliação específicas para cada uma delas. Estas questões a analisar são todas provenientes do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030.

No documento principal, o PI11, descrevemos também as metodologias a serem utilizadas em cada área de análise, detalhando os procedimentos a serem seguidos.

É crucial ressaltar a importância deste desenvolvimento metodológico no contexto da formulação e avaliação de políticas públicas. Uma abordagem sistemática e rigorosa para a avaliação das medidas é fundamental para garantir a eficácia e a eficiência das intervenções governamentais. Através da identificação precisa das lacunas de conhecimento é possível fornecer ajudas valiosas para a tomada de decisão informada.

Ao estabelecer metodologias claras e objetivas para a análise, bem como informação confiáveis, é viabilizada uma avaliação abrangente e confiável do impacto das políticas implementadas. Isso permite identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria, contribuindo para aperfeiçoar a eficácia das políticas públicas e promover o bem-estar da sociedade como um todo.

Assim, este desenvolvimento metodológico não fortalece apenas o processo de avaliação das medidas de política em estudo, mas também reforça a transparência e a qualidade dos apoios públicos, elementos essenciais para o progresso e o desenvolvimento sustentável.

Para garantir uma avaliação abrangente, é apresentada uma lista de indicadores e suas fontes de informação, incluindo indicadores a serem integrados nos sistemas de informação, indicadores provenientes de bases de dados administrativas e indicadores a serem recolhidos diretamente durante as avaliações. Adicionalmente, propomos módulos de questões a serem incluídos nos inquéritos, juntamente com a identificação dos momentos e elementos básicos de recolha direta de informação.

Por fim, o texto termina com um balanço final, destacando os principais pontos abordados e delineando possíveis direções futuras para a investigação e avaliação das políticas em questão.

# PI9: Identificação das lacunas de conhecimento, das necessidades dos stakeholders da proposta da equipa de áreas a ser objeto de avaliação

## Lacunas

A literatura e grupos focais apontaram para importantes lacunas nos seguintes pontos:

1. A existirem efeitos positivos durante o período de apoio, estabelecer se perduram nos próximos 3 a 5 anos após o apoio acabar.
2. Entender a grande variedade de impactos finais por tipo de público alvo. Os efeitos são positivos para que perfil de beneficiário e duram para que perfil de beneficiário?
3. Entender os mecanismos que geram os efeitos positivos. Porque é que há efeitos positivos em geral? Porque é que há efeitos positivos maiores para certos grupos? (Compreensão dos mecanismos que geram os impactos finais.) A literatura aponta para a importância de formação de capital humano. Está a ocorrer?
4. Medir *spillover effects*. A literatura sugere ainda que alguns programas podem ter *spillover effects* para não beneficiários (outros trabalhadores da empresa, no caso dos programas de apoios à contratação e formação profissional) e para as economias locais. Estes efeitos não estão bem mensurados.
5. Medir efeitos de substituição. Este problema faz com que os programas possam não gerar uma real criação de emprego; porque o aumento de emprego dos beneficiários pode levar a uma diminuição de emprego de não beneficiários.

6. Identificar qual é o “pacote mínimo” de apoio que funciona; i.e., quanto treino em *soft skills* é necessário? Qual a duração necessária do estágio ou do apoio á contratação? Qual o mínimo montante necessário de apoio ao empreendedor?
7. Identificar a causa do fracasso: mau formador, aluno desmotivado ou estagiário com postura desapropriada? Mau plano de negócio, pessoa estereotipada ou mentor desajustado? Da falta de competências de gestão dos participantes dos programas de apoio ao empreendedorismo, atrasos nos apoios ou problemas burocráticos?

## Proposta

Aplicando estes pontos às perguntas sugeridas na lista das avaliações na temática de emprego para a inclusão em que o estudo se foca, sugerimos as seguintes alterações e aprofundamentos, assinalados a azul abaixo.

### **A35. Emprego como combate à exclusão e A37. Emprego e Inclusão**

QA1. Em que medida os apoios definidos e concretizados foram adequados e coerentes com as necessidades diagnosticadas para os vários públicos, do mercado de trabalho e dos territórios em que incidiram?

- Houve melhores resultados quando o programa incluía treino em *soft skills*? Literacia financeira? Seguro? Que tipo de apoio complementar funcionou melhor?

QA7. Quais são os efeitos das ações apoiadas por cada uma das medidas em avaliação na inclusão social dos beneficiários das medidas e das suas famílias?

- Até que ponto estes efeitos são menores para famílias com piores condições de partida ou contextos familiares mais adversos?
- Há efeitos heterogéneos por género?

QA8. Como é que as ações apoiadas causaram mudanças no contexto socioeconómico, em particular nos territórios de residência das pessoas beneficiárias e nas organizações de acolhimento?

- Houve *spillover effects* para as economias locais? Quais? Abrangeu só essa localidade ou também as vizinhas? Abrangeu os não beneficiários? Como?

QA9. Em que medida os efeitos da intervenção perduram ao longo do tempo quer do ponto de vista das pessoas quer do ponto de vista das organizações que os apoiam?

- Há efeitos a medio e longo prazo? O negócio subsiste após o fim do apoio? O consumo destas famílias melhorou de forma sustentável? Quantas saíram da pobreza?

### **A39. Microempreendedorismo**

Q1. Os objetivos em matéria de criação e manutenção do nível de emprego foram alcançados? Que fatores explicam o maior ou menor sucesso destes instrumentos no cumprimento de objetivos de promoção do próprio emprego e de criação de emprego?

QA2. Teria sido possível obter melhores resultados ao nível da criação de emprego com os recursos disponíveis? Relevância e Coerência

QA3. Os diferentes instrumentos de apoio ao microempreendedorismo constituem um conjunto coerente entre si e adequado para atingir os objetivos a que se propõem? — Existem complementaridades e/ou sinergias ou eventuais sobreposições entre as medidas de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, incluindo a criação do próprio emprego?

QA4. Qual o contributo destas tipologias de apoio para a fixação de empresas e empreendedores nos territórios do interior?

QA5. Qual o contributo destes instrumentos para a inserção no mercado de trabalho dos grupos-alvo mais vulneráveis?

- Qual o impacto no emprego do programa? Qual o impacto nas perspetivas de mercado de trabalho dos beneficiários? (no curto, medio e longo prazo.)
- O negócio teria sido criado na ausência do apoio?
- A literatura sugere que estes apoios têm maior impacto entre aqueles que já iam começar o negócio e só não o fazem por falta de recursos; como identificá-los?
- O negócio subsiste após o fim do apoio? O negócio melhorou de desempenho ao longo do tempo?
- Quais os mecanismos que geram melhores impactos no emprego? Dinheiro ou apoio técnico?
- Que tipo de apoio técnico/formação complementar/mentoria é mais importante para os resultados dos beneficiários do programa?

- Quais as indústrias/ramos de atividade dos negócios criados onde a probabilidade de emprego do beneficiário foi maior durante e após o apoio? Nas indústrias tradicionais ou nas emergentes?
- O programa tem efeitos positivos nos públicos mais desfavorecidos (desempregados de longa duração)?

#### **A41. Apoios ao emprego**

QA7. Quais são os efeitos globais das ações apoiadas por cada uma das medidas em avaliação, nomeadamente no que diz respeito aos apoios ao emprego, em particular de desempregados e públicos desfavorecidos?

QA8. Em que medida os efeitos da intervenção perduram ao longo do tempo?

- Houve criação real de emprego nas empresas participantes ou apenas contrataram menos trabalhadores não cobertos pelo subsídio de contratação?
- As pessoas contratadas através do programa teriam sido contratadas na mesma? (Efeito substituição.)
- Qual o impacto do apoio oferecido no emprego a curto, médio e longo prazo dos beneficiários?
- Qual a intensidade do apoio—quantidade de dinheiro e tempo do contrato inicial—mínima necessária para cada perfil de beneficiário?
- Qual a magnitude dos efeitos em homens vs. mulheres, pessoas com universidade vs. pessoas com ensino secundário completo, pessoas residentes em Lisboa (mercado de trabalho mais dinâmico) vs. resto do país, empresas grandes vs. pequenas, sede de empresa vs. não sede?
- Porque é que os impactos nas trajetórias de emprego dos participantes foram maiores em certas tipologias de empresas? Dão formação?
- Qual a relevância que os colegas de trabalho desempenham na construção de capital humano dos participantes?

Anexo PI9: Apresentação para a  
Reunião de Trabalho com os  
Stakeholders visando Selecionar as  
Questões a Avaliar



# Áreas com Necessidades de Avaliação

Projeto Avaliabilidade de políticas de emprego cofinanciadas pelos Fundos Europeus

PROSPER Research Center

Católica-Lisbon SBE

January 22, 2024



## Objetivo desta Reunião de Trabalho



Selecionar quais as maiores lacunas na avaliação dos programas de políticas ativas no mercado de trabalho (PAMT):

- Apoios à contratação (AC);
- Formação profissional (FP);
- Apoios ao empreendedorismo (AE);
- Outras políticas de inclusão produtiva (IP);



Iremos apresentar 8 lacunas pré-selecionadas e gostaríamos de selecionar as 3 principais, nas quais nos iremos focar.

Este projeto tem por base a Teoria da Mudança.

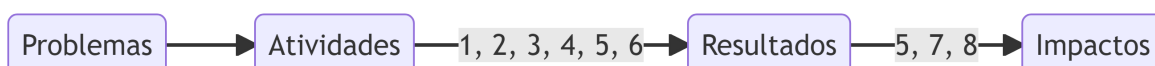


A verificação desta sequência depende de pressupostos e da atenuação de certos riscos. Logo, é crucial medi-los. As oito lacunas pré-identificadas são ameaças às cadeias causais.

## 8 Lacunas na Avaliação de PAMT

Necessidade de Medir o Impacto:

- 1 Do efeito de substituição (as empresas podem contratar menos trabalhadores não cobertos pelo subsídio de contratação);
- 2 Da falta de motivação dos participantes;
- 3 De participantes terem posturas e comportamentos desapropriados em formações e estágios profissionais;
- 4 Da falta de competências de gestão dos participantes dos programas de apoio ao empreendedorismo;
- 5 Que um ambiente familiar desapropriado tem no desempenho dos participantes;
- 6 Que o excesso de burocracia e atrasos na atribuição dos fundos tem na participação nos programas;
- 7 Dos programas na diminuição dos preconceitos sofridos por grupos desfavorecidos. Há o risco de perdurarem e os programas não terem um impacto duradouro;
- 8 Dos programas comparativamente à dimensão dos problemas estruturais dos grupos desfavorecidos. As ajudas podem não ser suficientes para compensar a situação de desfavorecimento.



- Apoios à contratação (AC):
  - Iniciativa Emprego Jovem;
  - Estágios profissionais do IEFP;
- Formação profissional (FP):
  - Centros Qualifica;
  - Educação e Formação de Adultos
  - Vida Ativa para Desempregados
- Apoios ao empreendedorismo (AE);
  - +CO3SO Emprego;
- Outras políticas de inclusão produtiva (IP):
  - Capacitação e qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade;
  - Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante.

## Section 1

### Quantificar o Efeito de Substituição: Empresas Contratam Menos Trabalhadores Não Cobertos pelo Subsídio

Os apoios à contratação diminuem o custo do trabalho da população coberta pelo subsídio. Logo, aumentam o custo relativo da população não coberta; que pode levar a uma diminuição da propensão ao emprego.

## Na Literatura

O efeito de substituição é um dos principais riscos dos apoios à contratação. Mesmo assim, o efeito líquido tende a ser positivo.

Martin and Grubb (2001) revêm estudos sobre países da OCDE. Dos efeitos médios calculados nesses estudos, 40% a 90% são revertidos por DWL e substituição.

## Nos Grupos Focais

Os *stakeholders* negaram que pessoas fossem despedidas por causa dos apoios à contratação. No entanto, não foi profundamente contemplado o correto contrafactual: as pessoas que seriam contratadas caso o apoio não existisse.

## 9 meses no SM vs. Estágio Prof. IEFP

Rúbricas	Salário Mínimo	Estágio IEFP ATIVAR.pt	
		Secundário	Licenciatura
<b>Valor Base</b>	<b>6840</b>	<b>6918.21</b>	<b>8647.74</b>
	(760 × 9)	(768.69 × 9)	(960.86 × 9)
<b>Subsídio de Alimentação</b>	<b>1026</b>	<b>1134</b>	<b>1134</b>
	(6 × 19 × 9)	(6 × 21 × 9)	(6 × 21 × 9)
<b>Subsídio de Férias + Natal</b>	<b>1140</b>	-	-
	$((760 \times 2) \frac{9}{12})$		
<b>Rendimento Bruto 9 meses</b>	<b>9006</b>	<b>8052.21</b>	<b>9781.74</b>
	(7980 tributáveis)	(6918.21 tributáveis)	(8647.74 tributáveis)
<b>Deduções</b>			
<b>Segurança Social</b>	<b>877.8</b>	<b>761</b>	<b>951.25</b>
	(7980 × 0.11)	(6918.21 × 0.11)	(8647.74 × 0.11)
<b>IRS</b>	-	-	<b>306.39</b>
<b>O Trabalhador Recebe</b>			
Direito a Férias	2 × 9 = 18 dias	-	-
<b>Rendimento Líquido</b>	<b>8128.2</b>	<b>7291.21</b>	<b>8524.1</b>
<b>A Empresa Paga</b>			
<b>Custo para a empresa</b>	<b>11491.57</b>	<b>3572.47</b>	<b>4366.36</b>
	$(\frac{7980}{1-0.2375} + 1026)$	$([\frac{6918.21}{1-0.2375} + 1134] \times 0.35)$	$([\frac{8647.74}{1-0.2375} + 1134] \times 0.35)$

*Notas:* Esta Tabela compara os custos e rendimentos entre trabalhadores que auferem o salário mínimo nacional e o estágio profissional do IEFP ATIVAR.pt, em 2023. Os valores são calculados para 9 meses, que é a duração do estágio ATIVAR.pt. Portanto, para efeitos fiscais, consideramos que estes trabalhadores auferiam este nível de rendimento durante um ano. Além disso, o IRS é referente a 2 titulares sem dependentes em Portugal continental. O abono ao trabalhador no estágio varia com o nível de escolaridade. Na tabela, são mostrados valores para o nível 4 (trabalhadores com o ensino secundário) e para o nível 6 (trabalhadores com uma licenciatura). O estágio ATIVAR.pt permite férias caso a empresa permita, mas o trabalhador tem de repor os dias no final do estágio. (ainda tenho de acrescentar os custos com o seguro de trabalho 15.83). Fontes: INE e IEFP.

- Como se combate o efeito de substituição?
- É o efeito de substituição efetivamente combatido em Portugal?

## Informação sobre a escala dos Apoios

Segundo o IEFP, desde 2018, mais de 50% dos estagiários foram contratados logo após o estágio terminar. Nos últimos cinco anos, mais de 130 mil pessoas realizaram estágios profissionais através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

## Section 2

### Aferir a Falta de Motivação dos Participantes

A falta de motivação dos participantes impede-os de retirarem proveito das PAMT. Não desenvolvem competências nas formações, e não tiram proveito de outros apoios.

## Na literatura

É difícil quantificar o nível, a importância e o efeito deste problema.

## Nos Grupos Focais

Um dos maiores problemas que os grupos focais identificaram é a falta de motivação. Os participantes têm uma autoestima baixíssima. É tão baixa que um formador saber o nome de um participante é o suficiente para a aumentar.

Além disso, é comum os participantes estarem em formações que não gostam, por falta de vagas em cursos populares.

## Section 3

### Medir o Risco da Postura Desapropriada

Há participantes com níveis de *soft skills* sociais baixíssimas. Isso dificulta a integração num ambiente profissional.

## Na literatura

É difícil quantificar o nível, a importância e o efeito deste problema.

## Nos Grupos Focais

Participante N<sup>o</sup>5 do grupo focal de formação profissional: “Nunca levo a estágio quem não *sabe estar*! Há pessoas que não sabem estar sentadas numa cadeira. Que bocejam em reuniões. . . ”

## Section 4

# Avaliar a Falta de Capacidades de Gestão nos Apoios ao Empreendedorismo

Caso os participantes não tenham as competências necessárias para o autoemprego, os AE falham. Cabe aos programas de AE equiparem os participantes com estas competências.

## Na literatura

A literatura aponta a falta de competências dos participantes como o principal problema dos AE. Explica, em parte, os efeitos ambíguos no emprego e a falta de consenso da literatura.

## Nos Grupos Focais

Todos os participantes concordam que as formações dadas nos programas de AE não equipam os participantes com as competências necessárias para gerir uma empresa.

## Section 5

# Avaliar os Efeitos de um Ambiente Familiar Desapropriado



Se o envolvente familiar dos participantes não possibilita o desenvolvimento de competências necessárias, o mecanismo dos programas que aumenta do capital humano fica sem efeito.

## Nos Grupos Focais

Confirmam que este problema é recorrente. Outras vezes, há o problema noutra extremo: um isolamento dos participantes.

## Section 6

### Quantificar os Atrasos nos Fundos e Burocracia

O IEFP atrasa-se a aprovar as candidaturas das empresas aos estágios profissionais. Muitas vezes, o período de espera chega aos 6 meses. A carga burocrática é elevada.

## Na literatura

Atrasos e Burocracia são vistos como custos elevados dos PAMT.

## Nos Grupos Focais

É consensual que é um problema. Esse tempo de espera tem custos para o trabalhador e para a empresa. Muitas vezes, o trabalhador arranja outra oferta nesse tempo; mas noutras instâncias fica sem emprego enquanto espera pela aprovação.

Processos burocráticos levam à desistência dos candidatos e a uma pré-seleção dos mesmos com base no investimento que colocam e no conhecimento que têm para concluir o processo de candidatura.

## Section 7

Avaliar se os Preconceitos Preduram sobre Grupos Desfavorecidos após o programa

Se os preconceitos não forem atenuados, não há efeitos de longo prazo nos grupos desfavorecidos.

## Na literatura

É difícil quantificar o nível, a importância e o efeito deste problema.

## Nos Grupos Focais

As empresas não vêem um valor no trabalho socialmente necessário, se for contra os seus interesses. Mais ainda, têm uma perspectiva processual da contratação de grupos desfavorecidos. Esta cultura dificulta a diminuição dos preconceitos.

## Section 8

# Avaliar a Persistência dos Problemas nos Grupos Desfavorecidos

As intervenções mesmo que bem sucedidas, não são suficientes para corrigir problemas de natureza estrutural.

## Falta de mecanismos internos

As entidades empregadoras não estão apreensivas em contratar GD, mas não têm mecanismos internos para lidar com as especificidades destes trabalhadores (ex. não gostam que pessoas com deficiência fiquem doentes mais frequentemente)

## Nas entrevistas

Confirmado. Apesar de terem a capacidade de mudar a propensão de emprego dos participantes, o efeito das intervenções é reduzido e temporalmente limitado em contextos particularmente difíceis como o caso das comunidades ciganas, onde existem grandes obstáculos estruturais.

## Quais os Mais Relevantes?

Durante esta apresentação, foram expostos 8 desafios de avaliação, i.e., temas difíceis de avaliar mas que têm enormes impactos no desempenho de uma política de emprego.

**Quais são as 3 mais relevantes lacunas de avaliação, na sua opinião?**

# PI10: Questões Seleccionadas do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030

PROSPER

## Plano Global de Avaliação do Portugal 2030

Neste documento, apresentamos o conjunto de questões seleccionadas para as avaliações propostas no PI11, baseando-nos no Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 (PGA PT2030). O PGA define a estratégia de avaliação para o Portugal 2030 e delinea as questões-chave a serem abordadas em futuras avaliações, cobrindo diversos temas e programas.

O nosso foco incide sobre a temática “emprego para a inclusão”. Este documento detalha todas as questões que identificámos como susceptíveis de uma resposta precisa e fundamentada do ponto de vista econométrico. Além disso, tivemos em atenção a quais os temas que têm uma abordagem de avaliação com contrafactual inscrita na sua sua ficha técnica do PGA PT2030.

É importante salientar que as metodologias aplicadas são específicas para cada programa, e não generalizáveis para todos os temas. Por exemplo, a metodologia que propomos para avaliar o programa *+CO3SO* não se aplica automaticamente a outros programas de microempreendedorismo. Isto porque metodologias robustas procuram identificar descontinuidades específicas aos programas, o que permite comparar dois grupos muito semelhantes, excepto pela participação no programa em questão. Isso possibilita uma avaliação causal precisa do efeito do tratamento.

# Listagem de Questões e respetiva sugestão metodológica

## A35: Emprego como Combate à Exclusão

Para abordar o tópico A35: “Emprego como Combate à Exclusão”, concentrar-nos-emos na análise dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

- QA4: Qual a eficácia das ações apoiadas?

Para abordar esta questão, propõe-se a adoção de uma metodologia baseada no modelo de *regression discontinuity design (RDD)*. Esta estratégia é particularmente eficaz para avaliar os impactos causais de políticas públicas, explorando descontinuidades nas variáveis que determinam a elegibilidade para determinados apoios. Em particular, a abordagem proposta aproveita da descontinuidade nos valores dos indicadores que definem a elegibilidade de um concelho para receber o apoio. Essa descontinuidade cria um cenário quase experimental, permitindo comparar concelhos que se situam imediatamente acima e abaixo do limiar de elegibilidade. Tal comparação facilita isolar o efeito do apoio em relação a outras variáveis, proporcionando uma avaliação quantificável e precisa da eficácia das medidas implementadas.

- QA5: Qual a eficiência do programa?

Para responder a esta questão, sugere-se a utilização uma análise centrada nos efeitos heterogéneos das políticas implementadas. Esta metodologia explorará a eficiência de determinadas ações em contextos territoriais específicos que se distinguem por características como elevadas taxas de desemprego, situações críticas de pobreza — com especial atenção à pobreza infantil —, populações envelhecidas ou áreas severamente impactadas por calamidades. A análise destes contextos diversificados permitirá identificar quais ações são mais eficazes e sob que condições, contribuindo assim para uma compreensão mais profunda sobre a eficiência do programa em diferentes cenários. Esta abordagem não só destacará as políticas mais eficazes mas também promoverá uma adaptação mais informada e direcionada das ações em futuras implementações.

- QA8: Quais os efeitos no contexto socioeconómico dos territórios?

Para responder a esta questão, é proposta a utilização de uma metodologia baseada no modelo *RDD*, semelhante à abordagem adotada na avaliação anterior. Esta metodologia explora uma descontinuidade nos valores dos indicadores que determinam a elegibilidade de um concelho para receber apoio. O foco será analisar como variável dependente os indicadores relativos ao contexto socioeconómico global do concelho. Tal abordagem permite isolar o efeito do programa, comparando concelhos que estão marginalmente

acima e abaixo do limiar de elegibilidade. Essa estratégia proporciona uma visão clara dos impactos diretos do apoio nas variáveis socioeconómicas dos territórios, garantindo uma análise precisa dos efeitos do programa no desenvolvimento local. Este método robusto de avaliação ajuda a entender melhor as dinâmicas regionais e a eficácia das intervenções em diferentes contextos socioeconómicos.

### **A39: Microempreendedorismo**

Na abordagem ao tópico A39: Microempreendedorismo, propomos realizar avaliações focadas no programa +CO3SO.

- QA1: Foram os objetivos básicos alcançados?

Para abordar esta questão, será sugerida uma metodologia focada na quantificação da criação de emprego durante e após a duração do programa que utiliza o método econométrico *Two-Way Fixed Effects Difference in Differences*, através do qual é possível comparar empresas que receberam apoio com aquelas que não receberam, tanto antes quanto após a atribuição das verbas. Esta proposta metodológica, incide sobre a análise do número médio de empregos gerados mensalmente pelo programa e os respectivos salários através da utilização de dados da segurança social ao nível do trabalhador, dados financeiros da empresa, e informações sobre a participação no programa. Esta análise poderá ser estendida de modo a determinar se os objetivos relacionados com a criação e manutenção de emprego foram alcançados ao nível do trabalhador.

- QA2: Foram os fundos alocados de forma eficiente?

Para abordar esta questão, será proposta a utilização um método semelhante ao que será sugerido para a questão anterior, com um enfoque adicional na análise custo-benefício da política. Este método possibilitará a avaliação da margem entre o custo e o benefício, comparando o efeito da política em termos de emprego líquido, salários e outras medidas de desempenho financeiro com o custo associado à política.

- QA4: Qual o contributo destas tipologias de apoio para a fixação de empresas e empreendedores nos territórios do interior?

Para responder a esta questão, iremos propormos a utilização de um modelo econométrico que explora a comparação entre regiões contíguas ou dentro da mesma unidade regional, onde uma é classificada como urbana e a outra como interior. Através do emparelhamento dessas regiões, aproveitamos a descontinuidade regional e as diferenças na intensidade do tratamento - i.e. a majoração do apoio para as regiões classificadas como interior - para medir o impacto do apoio na fixação de empresas no interior.

## **A41: Apoios ao Emprego**

Para o tópico A41: Apoios ao Emprego, sugerimos avaliações focadas no programa Medida Compromisso Emprego Sustentável.

- QA7: Quais os Efeitos Globais no Mercado de Trabalho?

Para avaliar os efeitos do programa Medida Compromisso Emprego Sustentável no mercado de trabalho, será sugerida uma metodologia que visa captar o efeito da política na probabilidade de indivíduos desempregados encontrarem emprego no curto prazo. Para isso, será utilizado um método que utiliza a descontinuidade no sistema de elegibilidade para apoio ao desemprego, que só se aplica a partir do terceiro mês de desemprego. Esta abordagem baseia-se na premissa de que não há razões substanciais para que indivíduos desempregados há dois meses sejam significativamente diferentes daqueles desempregados há três meses. Assim, esta análise permitirá medir como essa política influencia a probabilidade de indivíduos em ambos os grupos conseguirem emprego após a introdução do apoio.

## **A46: Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente**

- QA8 e QA9: Efeitos nos Participantes no Curto Prazo e no Longo Prazo

Para responder à questão, iremos sugerir a utilização uma metodologia *Difference in Differences*. Este método compara pessoas que participam no programa com aquelas que, sendo elegíveis, não participam. Para garantir uma comparação adequada, usaremos o Propensity Score Matching para equilibrar os grupos quanto a características relevantes. As variáveis a serem analisadas incluirão nível de educação, rendimento do agregado familiar e outras medidas demográficas ou de autonomia, que ajudarão a avaliar a eficácia do programa em termos de integração social e autonomia. Esta análise pode ser continuada ao longo do tempo, com a coleta de dados relevantes, permitindo um acompanhamento contínuo dos impactos do programa.

- QA3: Há uma Interação Positiva nas Modalidades?

Para explorar se existe uma interação positiva entre as modalidades, propomos uma estratégia que consiste em realizar uma análise de heterogeneidade. Essa análise envolverá a estimativa de modelos separados para cada combinação possível de modalidades de apoio. O objetivo será avaliar as interações entre os diversos tipos de apoios, investigando como as intervenções orientadas para objetivos específicos e comuns podem interagir e influenciar-se mutuamente. Essa abordagem nos permitirá entender em que medida as diferentes intervenções potenciam ou, possivelmente, limitam os efeitos



umas das outras, oferecendo uma visão mais clara da eficácia combinada das políticas implementadas.

- QA4: Quais os canais que Causaram uma Interação Positiva entre as Modalidades?

Para responder à questão sobre quais os canais que causaram uma interação positiva entre as modalidades de apoio, sugerimos a realização de uma análise descritiva baseada nas respostas de um questionário aplicado aos beneficiários do programa MAVI. Este questionário abrange uma gama diversificada de aspectos das intervenções, incluindo cuidados pessoais, assistência doméstica, saúde, mobilidade, educação, desenvolvimento profissional, integração social e participação cívica. A análise focará nos vários canais de impacto, permitindo identificar como as diferentes áreas de intervenção interagem e contribuem para os resultados positivos do programa. Essa abordagem nos ajudará a compreender os mecanismos específicos através dos quais as modalidades de apoio se reforçam mutuamente, potencializando os benefícios para os participantes.

# PI11: Metodologias para a Avaliação de Programas de Emprego para a Inclusão

Programa +CO3SO, Medida Compromisso Emprego Sustentável, CLDS e MAVI

PROSPER

27 de abril de 2024

Este documento apresenta várias propostas de metodologia para estudar o programa de microempreendedorismo “+CO3SO”, o programa de apoio à contratação “Medida Compromisso Emprego Sustentável”, o programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e o programa Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente (MAVI). Para o “+CO3SO”, propomos estimar qual o aumento de emprego usando um *difference in differences*; quantificar as vertentes mais eficientes do programa com uma análise de custo-benefício; e estimar o efeito na margem intensiva usando descontinuidades geográficas. Para o programa de apoio à contratação, sugerimos metodologias capazes de averiguar qual o impacto causal desta política na probabilidade de emprego no curto-prazo para todos os desempregados, não só os participantes. Também incluímos uma estratégia de estimação dos efeitos *dead weight loss*. Para estudar o CLDS propomos estimar qual a eficácia deste apoio usando uma metodologia de *regression discontinuity design*; quantificar as áreas mais eficientes do programa com uma análise de custo-benefício; e, adaptando a modelo econométrico inicial, estimar os efeitos globais do programa CLDS no contexto socioeconómico dos vários territórios apoiados. Por último, usamos *propensity score matching* e um *difference in differences* para estudar o programa MAVI, não só quanto ao seu efeito causal global, mas também quanto quais as suas modalidades que geram maiores benefícios (e os seus mecanismos).

# Índice

<b>1</b>	<b>A39: Microempreendedorismo</b>	<b>4</b>
1.1	Introdução ao +CO3SO Emprego . . . . .	4
1.2	QA1: Foram os Objetivos Básicos Alcançados? . . . . .	5
1.2.1	Dados/Indicadores . . . . .	6
1.2.2	Construção da amostra . . . . .	6
1.2.3	Método Econométrico . . . . .	8
1.2.4	Ao nível do trabalhador . . . . .	10
1.3	QA2: Foram os Fundos Alocados de Forma Eficiente? . . . . .	10
1.3.1	Classificação . . . . .	11
1.3.2	Re-estimar o modelo Equação 2 . . . . .	11
1.3.3	Análise Custo-Benefício . . . . .	12
1.3.4	Heterogeneidade . . . . .	12
1.4	QA4: Qual o contributo destas tipologias de apoio para a fixação de empresas e empreendedores nos territórios do interior? . . . . .	12
1.4.1	A construção da amostra . . . . .	13
1.4.2	Metodologia . . . . .	13
1.5	Definição de Interior . . . . .	14
<b>2</b>	<b>A41: Apoios ao Emprego</b>	<b>15</b>
2.1	Parecer Metodológico sobre a Avaliação da Iniciativa Emprego Jovem . . . . .	15
2.1.1	O Contrafactual Utilizado . . . . .	15
2.1.2	Problemas . . . . .	15
2.2	QA7: Quais os Efeitos Globais no Mercado de Trabalho? . . . . .	18
2.2.1	Programa Medida Compromisso Emprego Sustentável (MCES) . . . . .	19
2.2.2	Dados/Indicadores . . . . .	20
2.2.3	Construção da Amostra . . . . .	21
2.2.4	Estratégia de Identificação . . . . .	22
2.2.5	Modelo . . . . .	22
2.2.6	Interpretação da Equação 5 . . . . .	23
2.2.7	Modelo <i>logit</i> . . . . .	23
2.2.8	<i>Dead-Weight Loss</i> . . . . .	23
2.2.9	Validade Externa . . . . .	24
2.2.10	Avaliação do MCES caso os apoios sejam de dimensão inferior ao esperado . . . . .	25
<b>3</b>	<b>A35: Contratos Locais de Desenvolvimento Social</b>	<b>26</b>
3.1	Introdução aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) . . . . .	26

3.2	QA4: Qual a Eficácia das Ações Apoiadas? . . . . .	27
3.2.1	Dados/Indicadores . . . . .	28
3.2.2	Construção da amostra . . . . .	28
3.2.3	Método Econométrico . . . . .	29
3.2.4	O que pode ser a variável dependente . . . . .	30
3.2.5	Interpretação da Equação Equação 6 . . . . .	30
3.3	QA5: Qual a Eficiência do Programa? . . . . .	30
3.3.1	Classificação . . . . .	31
3.3.2	Re-estimar a Equação Equação 6 . . . . .	32
3.3.3	Análise Custo-Benefício . . . . .	32
3.4	QA8: Quais os Efeitos no Contexto Socioeconómico dos Territórios? . . .	32
3.4.1	Reestimar a Equação Equação 6 . . . . .	33
3.5	CLDS: Estudo ao nível do indivíduo . . . . .	34
3.5.1	As várias modalidades . . . . .	34
<b>4</b>	<b>A46: Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente</b>	<b>37</b>
4.1	Introdução: O que é o MAVI? . . . . .	37
4.2	QA8 e QA9: Efeitos nos Participantes no Curto e Longo Prazo . . . . .	38
4.2.1	Dados/Indicadores . . . . .	39
4.2.2	Construção da Amostra . . . . .	40
4.2.3	Criação do contrafactual . . . . .	40
4.2.4	Metodologia . . . . .	41
4.2.5	Interpretação . . . . .	42
4.2.6	Análise de longo prazo . . . . .	42
4.3	QA3: Há uma Interação Positiva as Modalidades? . . . . .	42
4.3.1	Metodologia . . . . .	43
4.3.2	Interpretação . . . . .	44
4.4	QA4: Quais os canais que Causaram uma Interação Positiva entre as Modalidades? . . . . .	44
4.4.1	Dados . . . . .	44
4.4.2	Estatísticas Descritivas. . . . .	45
	<b>Bibliografia</b>	<b>46</b>

# 1 A39: Microempreendedorismo

## 1.1 Introdução ao +CO3SO Emprego

O programa +CO3SO Emprego tem como objetivo criar de emprego via empreendedorismo. O programa visa não só aumentar a probabilidade de emprego e o tamanho das empresas aceites, mas também ter um impacto positivo no emprego agregado e na diminuição de desigualdades geográficas. Este apoio é co-financiamento do Fundo Social Europeu. O programa tem várias modalidades e cada uma delas tem em consideração critérios de elegibilidade específicos. As modalidades, e repetitivos fundos alocados, são as seguintes:<sup>1</sup>

- +CO3SO Emprego Interior: 78 684 169€;
- +CO3SO Emprego Urbano: 68 237 473€;
- +CO3SO Emprego Empreendedorismo Social: 14 534 201€;

Na divisão por modalidades fica clara a vertente territorial do programa +CO3SO Emprego e o seu objetivo de convergência regional. Para um empresa beneficiar do +CO3SO Emprego Interior necessita de ser uma micro-empresa localizada numa zona classificada como “interior”. A classificação, no âmbito do programa, encontra-se no Anexo III da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016. (Para mais pormenores, ver Seção 1.5.)

Para +CO3SO Emprego Urbano já se podem candidatar pequenas e médias empresas. Finalmente, só as entidades da economia social podem beneficiar da modalidade +CO3SO Emprego Empreendedorismo Social. Nesta definição cabem as cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações, IPSS, etc.

Além destes critérios básicos, existem outros critérios de elegibilidade ao nível da empresa. Por exemplo, a empresa não pode ter salários em atraso, tem de ter a situação tributária regularizada e tem de entregar várias declarações burocráticas corretamente.

---

<sup>1</sup>Na modalidade de *Cuidados Pessoais e Assistência Doméstica*, incluem-se atividades de apoio nos domínios da higiene, alimentação e cuidados pessoais, bem como atividades de apoio em assistência doméstica de carácter pontual. No que diz respeito à *Saúde e Mobilidade*, destacam-se atividades de acompanhamento a consultas, tratamentos e intervenções de reabilitação, além de atividades de apoio em deslocações. Já na esfera da *Educação e Desenvolvimento Profissional*, incorporam-se atividades de apoio à frequência de formação profissional, à educação formal, à frequência de ensino superior e de investigação, e na procura ativa de emprego. Por fim, a modalidade de *Integração Social e Participação Cívica* abrange atividades de apoio em contexto laboral e em atividades socialmente úteis, em cultura, lazer e desporto, à criação e desenvolvimento de redes sociais de apoio, à participação e cidadania, à tomada de decisão, incluindo a recolha e interpretação de informação necessária à mesma, e em mediação da comunicação.

Por último, há critérios de elegibilidade do projeto. A empresa, para receber o apoio, tem de apresentar um projeto que cumpra vários objetivos. O projeto tem de programar um aumento líquido do emprego, mas, crucialmente, tem de se alinhar com a estratégia dos Programas Operacionais Regionais e da modalidade a que se candidatam. Este último ponto, mais subjetivo e sujeito a um maior ruído na decisão, será utilizado na nossa estratégia de identificação.

De que forma é feita o financiamento às empresas? Até um máximo de 3 anos a empresa consegue a comparticipação integral dos salários dos postos de trabalho criados, até um teto máximo apresentado na Figura 1. Como vemos na Figura 1 existe um maior apoio para o Interior e os apoios diminuem com o número de trabalhadores contratados.

+ COESO	Apoio Máximo Mensal		
	Até 3 postos trabalho	Entre 4 a 6 postos trabalho	A partir do 7º posto de trabalho
Emprego Interior	2,5 x IAS = 1.097,03€	2 x IAS = 877,62€	1,5 x IAS = 658,22€
Emprego Urbano	2 x IAS = 877,62€	1,5 x IAS = 658,22€	1 x IAS = 438,81€
Emprego Empreendedorismo Social	3 x IAS = 1.316,43€	2,5 x IAS = 1.097,03€	2 x IAS = 877,62€

Figura 1: Apoios +CO3SO Emprego

## 1.2 QA1: Foram os Objetivos Básicos Alcançados?<sup>2</sup>

Nesta secção, iremos sugerir um método quantitativo para avaliar a seguinte questão:

Os objetivos em matéria de criação e manutenção do nível de emprego foram alcançados?

Para responder, é necessário quantificar a criação de emprego durante a duração do programa e após o seu fim. Portanto, a metodologia que sugerimos irá misturar a margem extensiva com a intensiva e não contemplará o custo do programa nem as várias escolhas de *design*. O foco será o número médio de emprego criado por mês diretamente pelo programa e os respetivos salários desses empregos.

<sup>2</sup>QA1, tal como os outros subtítulos deste documento, refere-se às questões colocadas no Plano Global de Avaliação do Portugal 2030.

### 1.2.1 Dados/Indicadores

Para a construção da amostra, são necessárias 3 fontes distintas:

1. Dados da Segurança Social com informação ao nível do trabalhador sobre os salários e respetivo estado de emprego dos trabalhadores portugueses. Estes dados devem também conter um ID da firma.
2. Dados financeiros ao nível da firma. Esta informação existe ao nível anual na base de dados do INE Sistema de Contas Integradas das Empresas.
3. Informação sobre o programa +CO3SO Emprego:
  - Todas as empresas que se candidatam;
  - Quais as empresas que foram aceites no programa e respetivos pormenores, nomeadamente a duração do apoio, as datas de começo e fim, quantos trabalhadores foram financiados, qual a modalidade do +CO3SO Emprego, entre outros;
  - Caso a empresa seja recusada, qual o motivo de recusa;
  - Trabalhadores cujo emprego é financiado por esta política.
  - Ter também a localização da firma.

Inserimos a localização da firma em último lugar, mas na verdade poderá vir de qualquer uma destas fontes. Geralmente, tanto a Segurança Social como o resto das instituições dão a informação da localização, no máximo, ao nível do concelho e não da freguesia. Esse é o cenário que iremos assumir.

### 1.2.2 Construção da amostra

Estas três fontes devem ser fundidas numa só base de dados ao nível da firma. Ou seja, o primeiro passo é criar variáveis ao nível da firma a partir dos dados de trabalhador da segurança social. As principais são emprego total, emprego financiado pelo programa +CO3SO, e salário médio financiado; mas não se esgotam nestas variáveis.

Usando o mês, o ID do trabalhador e o ID da empresa os dados devem ser conectados. No caso dos dados financeiros, em princípio, só existirá dados anuais. Nesse caso, os dados devem ser juntados usando o ano civil ao qual os dados financeiros se referem.

A amostra ao nível da firma contemplará apenas o grupo de tratamento e o grupo de controlo. O grupo de tratamento são todas as firmas que receberam fundos do +CO3SO Emprego. Quanto ao grupo de controlo, iremos sugerir dois possíveis controlos, que deverão ser escolhidos tendo em conta o *power* dos dados, i.e., se existe amostra suficiente neste grupo de controlo.

O primeiro grupo de controlo possível é utilizar empresas que se candidataram, que cumprem todos os critérios de elegibilidade, mas que tiveram os fundos recusados por causa de preferências quando ao projeto e que estejam na mesma localização. Este grupo de controlo pressupõe que a atribuição destes apoios tem muito ruído e que a escolha não está correlacionada com resultados no mercado de trabalho. Nós argumentamos que é uma suposição leve. Este contrafactual só é possível caso os avaliadores tenham acesso à razão da recusa dos fundos. Caso contrário, podemos estar a classificar como controlo firmas que com, por exemplo, dívidas em atraso. Esse tipo de critério tem uma óbvia correlação com o desempenho no mercado de trabalho.

A segunda hipótese é utilizar firmas similares na mesma localização. Ambas as opções serão complementadas com uma condição de estabilidade e *matching*. Estas precauções têm de ser tomadas para retirar potenciais fontes de seleção.

A primeira restrição, a de estabilidade, filtra qualquer firma que tenha *pre-trends*. Têm de ser eliminadas as empresas que tenham tido um crescimento ou decréscimo do emprego no ano anterior à atribuição dos fundos à empresa. Esta hipótese de estabilidade é crucial para garantir que o tratamento não é dado a empresas com trajetórias positivas. Esta restrição pressupõe que a empresa já tinha que existir, pelo que não serão analisadas propostas para começar um negócio, mas sim de expansão.

Em segundo lugar, a metodologia seguinte deve ser utilizada numa *matched sample*. Nós sugerimos que, para cada empresa tratada deve ser *matched* uma firma de controlo que esteja na mesma localização, usando Propensity Score Matching (Abadie e Imbens 2016), sem *replacement* e de *nearest neighbor*.

A regressão logit para calcular a propensidade é a seguinte:

$$\log \left( \frac{Pr(D_j = 1 | \mathbf{X}, \delta_{ls})}{Pr(D_j = 0 | \mathbf{X}, \delta_{ls})} \right) = \mathbf{X}\boldsymbol{\beta} + \delta_{ls} + \varepsilon_j \quad (1)$$

Onde  $D_j$  é uma variável binária que indica tratamento (participação no programa),  $\mathbf{X}$  é uma matriz com várias variáveis, como investimentos feitos nos últimos 1/2 anos antes da candidatura ao programa, lucros, faturação, custos com trabalho e outros dados financeiros disponíveis. Só devem ser usados dados referentes a períodos pré atribuição da bolsa.  $\delta_{ls}$  são efeitos fixos ao nível localização-setor. Note-se que estes efeitos são uma interação das duas variáveis. Este ponto pode ser revisto, caso não haja *power* nos dados.  $\varepsilon_j$  é o resíduo.

Uma nota essencial, para garantir compatibilidade, é que o *nearest neighbor* tem de considerar só as propensidades retiradas de Equação 1 dentro da mesma localização  $l$ . Além disso, é importante frisar que qualquer restrição feita à firma tratada tem de ser espelhada na firma de controlo *matched*.



Este procedimento diminui as fontes de seleção (torna as empresas comparáveis) e garante que a amostra final tem tantas empresas tratadas como de controlo.

### 1.2.3 Método Econométrico

O método econométrico que propomos é uma *Two-Way Fixed Effects Difference in Differences* (TWFE DiD; ver Roth et al. (2023)). A ideia é comparar empresas que tiveram o apoio com empresas que não tiveram o apoio, antes e depois de receberem as verbas. Além disso, com o efeito fixo ao nível da empresa, eliminamos qualquer fator que seja constante ao nível da firma e que pudesse enviesar este estudo. Todos os coeficientes são retirados a partir de variação dentro de cada empresa.

Em segundo lugar, a metodologia também tem de ser robusta a várias características do desenho da política. Em primeiro lugar, tem de ser um DiD em que o tratamento é dado em momentos diferentes (Callaway e Sant’Anna 2021). Em segundo lugar, o tratamento tem duração diferente, podendo ir, no máximo, até aos 36 meses.

Consideremos a seguinte notação. Uma firma  $j$ , no mês  $m$  tem o resultado  $y_{jm}$ . Cada empresa começa tratamento no mês  $a_j$  e acaba tratamento no mês  $b_j$ . Cada firma  $j$  terá uma variável  $t$  que determina a quantos meses está a firma do momento de tratamento. Ou seja,  $t \equiv m - a_j$ . Logo,  $t = 0$  é o momento que o tratamento começa e  $t = b_j$  é o mês que o tratamento acaba para a firma  $j$ . Isto para uma firma  $j$  que seja tratada. Caso seja uma firma de controlo, as referências  $a_j$  e  $b_j$  são iguais à da firma *matched*.

Logo, propomos estimar a seguinte equação:

$$y_{jt} = \psi_j + \tau_t + \sum_{k \neq -1}^{b_j} \beta_k [D_i \times \mathbf{1}\{t = k\}] + \sum_{z > 0} \eta_z [D_i \times \mathbf{1}\{t = b_j + z\}] + \varepsilon_{jt} \quad (2)$$

onde  $y_{jt}$  é uma variável dependente ao nível da firma,  $\psi_j$  são efeitos fixos da firma  $j$ ,  $t(j, m)$  é uma variável temporal que depende de cada empresa  $j$  e do mês  $m$ ,  $\varepsilon_{it}$  é o resíduo, e  $D_j$  é uma variável binária, que é 1 se a empresa for eventualmente participante no projeto. Logo,  $D_j$  indica tratamento e está fixo ao nível da firma (tal como utilizado na Equação 1).

A definição da amplitude de  $k$  e  $z$  terá de ser feita tendo em conta o tamanho da amostra. A nossa sugestão *à priori* é  $k \in [-12; 36]$  e  $z \in [1 : 24]$ . Ou seja, analisar desde 1 ano antes da empresa ter o subsídio até 2 anos depois do subsídio acabar, caso a empresa ainda exista.

Não existem variáveis de controlo específicas do mês por receio de falta de variabilidade, dado que já existe efeitos fixos da firma e do mês relativo ao tratamento. De qualquer maneira, a *matched sample* garante que não existe enviesamento por esta via.

Porque isto é uma TWFE DiD todos os resultados estão livres de enviesamento de fatores constantes ao nível da firma. Isto inclui as diferentes modalidades do projeto, visto que cada empresa só pode participar numa modalidade em exclusivo. Note-se que, por causa dos efeitos fixos da firma, que capturam o tratamento  $D_i$  e dos efeitos fixos do período relativo ao tratamento, os coeficientes  $\beta_k$  e  $\eta_z$  são os coeficientes DiD. O objetivo de dividir os coeficientes DiD em duas categorias é poder separar o efeito durante o programa do efeito pós programa.

Por último, é importante que os erros padrão sejam *clustered* ao nível  $j$  e  $t$  (Abadie et al. 2023). Isto é verdade para todos os modelos DiD.

### 1.2.3.1 Interpretação da Equação 2

O objetivo desta metodologia é ter em conta que as empresas podem receber os apoios em momentos diferentes e com heterogeneidade de duração.

Os coeficientes  $\beta_k$  capturam o efeito do tratamento face ao período  $t = -1$  (o último mês sem tratamento). Quando  $k < 0$  o efeito capturado são as *pre-trends*. Logo, o desejado é que esses  $\beta$ s sejam estatisticamente insignificantes, ou muito perto de 0. Quando  $k \geq 0$ , os  $\beta$ s medem o efeito de tratamento a  $t$  meses do primeiro momento de participação no programa. Já os coeficientes  $\eta_z$  capturam o efeito do tratamento face ao período  $t = -1$ , mas interpretam-se relativamente ao final do programa. Ou seja,  $\eta_z$  é o impacto em  $y$  que uma empresa tratada tem  $z$  meses após o fim daquele programa para a empresa.

### 1.2.3.2 O que pode ser a variável dependente?

A variável dependente  $y_{it}$  é algum resultado que seja desejado estudar no nível da empresa. Pode ser emprego, salários logaritmizados e muitas outras medidas de desempenho financeiro.

No entanto, há algumas nuances de estimação a ter em conta. Em primeiro lugar, quando  $y_{it}$  é emprego, é preferível estimar a Equação 2 com um modelo Poisson, via *Maximum Likelihood*, visto que é sabido que OLS não tem um bom *fit* com variáveis dependentes que atingem apenas números inteiros. Isto, apenas para quando a variável dependente é emprego por empresa.

Em segundo lugar, quando  $y_{it}$  são o log de salários médios, é preciso ter cuidado na interpretação, porque não sabemos qual o salário anterior no trabalhador em causa.

### 1.2.4 Ao nível do trabalhador

O impacto no emprego e nos salários pode ser sentido além da empresa que recebe os subsídios. Ao aumentar o emprego naquela empresa, os participantes podem ganhar experiência, levando a um maior capital humano transferível para outras empresas. Este tipo de efeito não é capturado com esta metodologia.

Portanto, o objetivo seria responder à pergunta:

Os objetivos em matéria de criação e manutenção do nível de emprego foram alcançados ao nível do trabalhador?

Para tal, as seguintes mudanças têm de ser realizadas ao modelo Equação 2, com as respetivas consequências:

1. A variável de tratamento é “1” quando um indivíduo é contratado por uma empresa apoiada no âmbito do programa;
2. Os efeitos fixos têm de ser do nível do trabalhador e não da empresa;
3. A duração do apoio tem de ser referente ao tempo que um trabalhador passa numa empresa tratada e não o tempo de tratamento da empresa.
4. Têm de ser omitidos os efeitos ao tempo  $\tau_t$ , visto que só existem indivíduos tratados.

Estas mudanças têm consequências na variação usada para a estimação do modelo. Este modelo já não é um *difference in differences* estimado numa amostra *matched*. Ao invés, é um estudo *before and after* ao nível do trabalhador. Logo, o contrafactual torna-se o próprio trabalhador antes de receber o tratamento.

## 1.3 QA2: Foram os Fundos Alocados de Forma Eficiente?

Neste proposta de avaliação, iremos sugerir como avaliar a eficiência relativamente a duas fontes de ineficiência. O programa +CO3SO Emprego varia quanto à sua duração e quanto à sua dimensão para cada empresa. O programa pode financiar projetos curtos de 1 ano ou projetos longos de 3. Pode financiar projetos pequenos, que contratem 1 trabalhador, ou ambiciosos, que contratem 10.

A variação de duração provoca uma pergunta antiga no desenho de políticas ativas no mercado de trabalho. É mais eficiente financiar mais projetos durante pouco tempo, ou menos projetos durante mais tempo (Heckman, Lochner, e Cossa 2002)? Quanto à dimensão do projeto, perguntamos se é mais eficiente financiar vários projetos pequenos ou menos projetos maiores.

### 1.3.1 Classificação

O primeiro passo passa por classificar o programa como curto, normal ou longo (quanto à duração); e pequeno, médio ou grande (no que toca à dimensão). Os limites desta classificação devem ser alterados consoante os dados e a frequência. Um exemplo seria:

- Quanto à duração do projeto (em meses):
  - curto:  $b_j \leq 12$ ;
  - normal:  $b_j > 12 \wedge b_j \leq 24$ ;
  - longo:  $b_j > 24 \wedge b_j \leq 36$ .
- Quando à dimensão do projeto (em número de empregados):
  - pequeno: 3 ou menos trabalhadores financiados;
  - médio: de 4 a 6 trabalhadores financiados;
  - grande: 7 ou mais trabalhadores financiados.

### 1.3.2 Re-estimar o modelo Equação 2

Nós sugerimos dividir a amostra tendo em conta as classificações anteriores e voltar a estimar o modelo Equação 2 essas 6 vezes. É importante notar que não só é necessário filtrar aquelas firmas que caem dentro desse tratamento como também as suas empresas *matched*.

Isso fará com que, cada uma dessas regressões tenha novos coeficientes. Esse efeito, tanto nos  $\beta_k$  como nos  $\eta_z$  poderá variar consoante o tipo de projeto. Aliás, é esperado que varie. Por exemplo, no caso de  $y_{it}$  ser emprego, é esperado que, quanto maior a dimensão do projeto maior o emprego criado, mesmo após o final do projeto. No entanto, esse tipo de projeto também acarreta maiores custos. Logo, para fazer uma análise custo-benefício, também é necessário calcular os custos.

### 1.3.3 Análise Custo-Benefício

Idealmente, o custo é reportado pela entidade promotora. Caso não seja, pode ser calculada uma aproximação sabendo quantos trabalhadores são financiados, durante quanto tempo e tendo em conta a Figura 1. No final, terá de haver  $C_j$ , o custo total do programa com cada empresa.

Logo, uma simples análise custo-benefício pode ser realizada usando um simples rácio entre os coeficientes e o custo:

$$\frac{C_j}{\beta_k} \text{ ou } \frac{C_j}{\eta_z}. \quad (3)$$

Por exemplo, se queremos saber qual o tipo de projeto que tem melhor retorno a nível de emprego 2 anos depois da política ter acabado, podemos estimar os modelos com  $y_{it}$  a ser emprego e fazer o rácio  $\frac{C_j}{\eta_{24}}$  para os vários modelos.

### 1.3.4 Heterogeneidade

A mesma *framework* pode ser utilizada para estudar efeitos heterogéneos. Por exemplo, como variam os coeficientes consoante o setor? Serviços *vs.* indústria? Calculando o diferente tipo de custo e retorno, podemos ter uma ideia de quais devem ser os focos destas políticas.

## 1.4 QA4: Qual o contributo destas tipologias de apoio para a fixação de empresas e empreendedores nos territórios do interior?

A questão Q4 pergunta se o maior financiamento dado a empresas do interior é relevante para a fixação de empresas e trabalhadores no interior do país. Subjacente a essa questão, está a questão de qual o retorno intensivo desta medida. Ou seja, se o interior não tivesse este “extra”, teriam os efeitos no emprego sido muito diferentes?

Caso se conclua que a margem intensiva tem pouco impacto, há implicações de política relevantes. Significa que faria mais sentido aplicar as verbas a mais projetos invés de financiar mais cada um deles.

Para estudar este efeito na margem intensiva, medindo o efeito da majoração interior *vs.* urbano visível na Figura 1, podemos usar descontinuidades regionais na intensidade

do tratamento. Existem conselhos e freguesias vizinhas, que são extremamente parecidos(as) em várias características, mas que diferem na intensidade de tratamento. Esta *framework* já foi utilizada anteriormente, nomeadamente para estudar o salário mínimo por Dube, Lester, e Reich (2010).

#### 1.4.1 A construção da amostra

As análises até agora foram feitas numa *matched* sample. Este matching teve em consideração que a empresa *matched* tem de ser da mesma localização. Nesta nova amostra, nós propomos atribuir um ID  $p$  a cada par de concelhos/freguesias selecionados e manter apenas esses conselhos selecionados.

A seleção de localizações não deve passar só por identificar aqueles que fazem fronteira com uma localização com uma diferente intensidade de tratamento, como em Dube, Lester, e Reich (2010). Deve ser realizado um emparelhamento que respeite regras de compatibilidade. Ou seja, devem ser emparelhadas localizações fronteiriças com diferentes modalidades e que sejam parecidas em termos de densidade populacional. Uma prioridade deve ser dada a freguesias que, dentro do mesmo concelho, tenham outras freguesias de baixa densidade populacional sujeitas a uma modalidade diferente de +CO3SO Emprego. (Ver o anexo Seção 1.5.)

No entanto, em princípio, os avaliadores não terão acesso à freguesia de uma empresa. Caso esse seja o caso, é possível extrapolar se a empresa se encontra ou não numa freguesia do interior sabendo a modalidade do benefício a que se candidatou.

Ou seja, há dois casos de emparelhamentos válidos, que levam a atribuir  $p$  a:

1. Dois municípios fronteiriços que tenham uma densidade populacional semelhante;
2. Um município que tenha freguesias no com classificação urbana e interior.

#### 1.4.2 Metodologia

Em termos de metodológicos, nós sugerimos uma fusão da estratégia de identificação de Dube, Lester, e Reich (2010) com uma *triple difference* (DDD) (Olden e Møen 2022). Temos de alterar uma DDD porque há dois tratamentos  $D_j$  e a variável binária  $I_{l(j)}$ , que é 1 caso a empresa se localize no interior e 0 no caso contrário.

Logo, há algumas mudanças cruciais a fazer em comparação com Equação 2, que levam à equação Equação 4:

$$y_{jt} = \psi_j + \tau_{t,p,l(j)} + \theta_{p,D_j,t} + \sum_{k \neq -1}^{b_j} \beta_k [D_i \times I_{l(j)} \times \mathbf{1}\{t = k\}] + \sum_{z > 0} \eta_z [D_i \times I_{l(j)} \times \mathbf{1}\{t = b_j + z\}] + \varepsilon_{jt} \quad (4)$$

A primeira diferença é que os coeficientes  $\beta_k$  e  $\eta_z$  agora capturam apenas a margem intensiva do tratamento, usando 3 termos de interação. A segunda diferença é que foram modificados os efeitos fixos.  $\tau_{t,p,l(j)}$  é agora um efeito fixo de  $t$  mas específico a cada localização  $l$  e par  $p$ . A especificação ser dentro de cada par  $p$  é essencial, para garantir que a comparação é sempre entre as localizações emparelhadas. A terceira diferença é o acrescento de  $\theta_{p,D_j,t}$ , um efeito fixo que captura a média condicional por mês  $t$ , separado por grupo de controlo e tratamento para para cada par de localização  $p$ .

Enquanto um normal modelo DDD pode ser estimado com 3 efeitos fixos e 3 termos de interação, no nosso caso o efeito fixo da firma já captura o efeito fixo da localização. Invés de escrever 3 grupos de termos de interação escolhemos capturá-los com efeitos fixos.

Note-se que a variação dos coeficientes  $\beta_k$  e  $\eta_z$  vêm de comparar o efeito causal do programa entre duas localizações com diferentes modalidades, mas que de resto são extremamente parecidas.

## 1.5 Definição de Interior

No Anexo III da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016 encontra-se a tabela final. Não só existem concelhos, com também há municípios que têm freguesias classificadas como interior. Todas as alterações a esta classificação estão descritas no artigo 2º da Portaria n.º 52/2020 - Diário da República n.º 42/2020, Série I de 2020-02-28:

«Territórios do Interior», nos termos definidos pela Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020, através da Deliberação n.º 20/2018, de 12 setembro, que retifica a Deliberação n.º 23/2015, de 26 de março, alterada pela Deliberação n.º 55/2015, de 1 de julho de 2015, e conforme previsto na Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, que procedeu à delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), e do Programa de Valorização do Interior (PVI), aprovados, respetivamente, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro.

## 2 A41: Apoios ao Emprego

### 2.1 Parecer Metodológico sobre a Avaliação da Iniciativa Emprego Jovem

O relatório da avaliação do impacto da Iniciativa Emprego Jovem Pereira et al. (2021) apresenta algumas conclusões quantitativas sobre apoios à contratação e políticas de formação profissional. A fonte/componente quantitativa é analisada no artigo Duarte et al. (2020). As secções seguintes apresentam problemas na avaliação realizada. A metodologia proposta na secção 2.2 resolve ou procura diminuir estes problemas.

Os programas em questão são os programas da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), que têm como objectivo a integração sustentável dos jovens NEET no mercado de trabalho. Os jovens NEET são pessoas entre os 18 e 35 anos que não trabalham, não estudam, nem frequentam formação profissional.

O IEJ usa como principais mecanismos para atingir esse resultado são a formação de capital humano, quer seja for formação profissional ou educação e os apoios à contratação. As políticas no IEJ são complementares de outros programas.

#### 2.1.1 O Contrafactual Utilizado

Duarte et al. (2020) têm como objetivo principal quantificar os efeitos dos programas de emprego jovem nos salários e probabilidade de emprego dos jovens participantes.

A avaliação quantitativa Duarte et al. (2020) tem o mesmo problema que todos os outros estudos de políticas públicas: é impossível observar os participantes dos programas a não participar. Esta problema é referido como o problema *não há mundos paralelos*.

Portanto, para obter o efeito causal da participação de jovens em programas de formação profissional e apoio à contratação os autores têm de encontrar um grupo de controlo. Neste caso, os autores escolhem usar jovens que se candidataram aos programas mas foram rejeitados e que têm um historial de estado de emprego similar.

#### 2.1.2 Problemas

##### 2.1.2.1 Com o Grupo de Controlo

Os autores escolheram utilizar jovens que se candidataram aos programas mas foram rejeitados. Mas os autores também mencionam que estes jovens eram elegíveis ao programa. Logo, fica uma dúvida relativamente a “Qual é a razão dessa recusa?”



Ora, a comparação destes dois grupos assume que a aceitação de um trabalhador no programa é feita de forma aleatória. Ou, pelo menos, que as características que levam à recusa não estão correlacionadas com a probabilidade de emprego nem o salário do participante.

O estudo não se debruça sobre qual a razão para a recusa. A nosso ver, a razão da recusa é uma componente chave neste estudo, que determinará se o contrafactual é válido ou não.

Considerem o seguinte exemplo de como os resultados destes estudo podem estar a ser provocados pelo desenho da metodologia. É esperado que uma empresa “pior” descumpra prazos mais facilmente e/ou tenha maior dificuldade em apresentar a burocracia correctamente. Sabemos também que a economia tende a ter *matching*, onde “piores” trabalhadores têm uma maior probabilidade de trabalhar numa empresa “má” do que “bons” trabalhadores (Abowd, Kramarz, e Margolis 1999). Logo, segue destas duas premissas que indivíduos elegíveis mas com a candidatura recusada tenham piores perspectivas de trabalho do que os aceites, mesmo na ausência de um programa.

### **2.1.2.2 *Matching* do Grupo de Controlo aos Tratados**

Por causa do problema de “*no parallel worlds*”, os autores reconhecem que não é suficiente comparar os indivíduos recusados com os participantes. Logo, eles utilizam uma técnica de *matching*, que encontra, para cada individuo tratado, o individuo que lhe foi recusado integrar o programa que têm o histórico de trabalho mais parecido (ou exatamente igual).

Aqui está outro problema: o histórico de trabalho conta apenas com o estado de emprego dos indivíduos. O estudo usa apenas um fator para a propensão que determinará o *matching*. Faz-nos todo o sentido que o historial seja um dos fatores utilizados, mas não nos faz sentido que seja o único. Até é discutível que seja o principal. Interessa mais, para a probabilidade de emprego e salário, o mês em que certos trabalhadores ficaram desempregados ou o seu salário, a profissão, a localização e setor?

Por esta razão, achamos que o *matching* realizado não é suficiente para combater o problema de seleção presente. Os próprios autores em Duarte et al. (2020) reconhecem o papel da heterogeneidade do nível de emprego por Portugal, mas não acrescentam esta variável geográfica no *matching*. Visto que os autores têm acesso a estas variáveis, parece-nos essencial que estas sejam acrescentadas.

### 2.1.2.3 Teste de Placebo sobre o *Matching*

Os autores apresentam na Tabela 3 um argumento de como o *matching* foi corretamente realizado. Na tabela 3 conseguimos ver que o grupo de controlo e de tratamento não têm salários e probabilidade de emprego significativamente diferentes ou, quando são diferentes, são pequenos. No entanto, este teste de Placebo não é apropriado. É esperado que as médias entre dois grupos, realizadas numa *matched sample*, sejam parecidas quanto às variáveis utilizadas para criar esta *matched sample*. O teste de Placebo tem de contemplar variáveis não envolvidas no cálculo da propensão que determina o *matching*.

Neste caso, usar o estado de emprego (que está relacionado a salário, porque os autores atribuem salário zero a desemprego) e salários para avaliar se o *matching*, que usou o estado de emprego, está bem feito não faz qualquer sentido.

### 2.1.2.4 Desemprego é Salário Zero

O objetivo de estudar o desemprego e os salários é aferir: (1) o efeito de uma política no desemprego e (2) qual o efeito no salário médio. Ou seja, por exemplo, permite-nos analisar um *trade-off* típico como o salário mínimo: pode haver um aumento de desemprego que é acompanhado com uma subida do salário médio. Ora, estes métodos supõem que se calcula o salário médio para aqueles que estão empregues. Caso contrário, se fizemos como os autores de Duarte et al. (2020) e dermos um salário de zero a quem está no desemprego, estamos a repetir a análise do desemprego e a baixar artificialidade os salários. Não estamos a separar o problema dos salários baixos do problema de desemprego.

Além disso, com dados da Segurança Social, se o objectivo é analisar o impacto no rendimento das pessoas, deve ser usado o rendimento de-facto. Isto é, devem ser contabilizadas transferências com o subsídio de desemprego.

### 2.1.2.5 Salários não Estão em Logaritmo

Geralmente, para o *fit* dos estimadores, estudos causais utilizam sempre os salários logaritmizados. Isto permite analisar salários não dependendo da moeda nem do nível inicial dos salários. Isto porque as diferenças absolutas entre logaritmos são traduzíveis em diferenças relativas. Por exemplo, um aumento de 0.1 é 10.5 %, mais ou menos 10%.

### 2.1.2.6 Interpretação Errada

Pereira et al. (2021) interpreta erradamente o artigo Duarte et al. (2020). No relatório, é dito:

Não parece haver grande relevância deste tipo de efeitos não esperados [efeitos de *displacement*, *dead weight loss* ou *substitution*], os quais não foram detetados pela ACF [...]

onde (ACF) é o Duarte et al. (2020). Não foram encontrados porque não foram procurados. Há duas principais linhas na literatura (Martin e Grubb 2001):

1. O primeiro tipo foca-se em medir o impacto do programa nas perspectivas de emprego/salários dos participantes. O contrafactual perfeito seria os participantes não terem participado no programa. Geralmente, escolhem-se indivíduos similares como grupo de controlo. Esta literatura inclui, por exemplo Saez, Schoefer, e Seim (2021) e Neumark e Grijalva (2017).
2. O segundo tipo foca-se em estimar o efeito total do programa no emprego empregado (Crépon et al. 2013; Cahuc, Carcillo, e Le Barbanchon 2019). Para determinar se há um aumento agregado no emprego, têm ser quantificados/tidos em conta os seguintes efeitos:
  - *dead-weight loss*: há empregos subsidiados que teriam sido criados na mesma;
  - *substitution effects*: se a melhoria das perspectivas de emprego dos participantes vêm à custa de piores perspectivas de emprego de outros grupos;
  - *displacement*: se há perda de emprego (involuntária da parte do trabalhador) por causa dos subsídios.

Duarte et al. (2020) não permite fazer conclusões sobre o mercado de trabalho, porque se integra no 1º tipo de artigo nesta literatura.

## 2.2 QA7: Quais os Efeitos Globais no Mercado de Trabalho?

Como descrito na secção anterior, há dois ramos de literatura que estimam os efeitos de políticas de apoio à contratação. O primeiro ramo estima o impacto do programa nas perspectivas de trabalho dos participantes. O segundo ramo tenta perceber qual o impacto total no mercado de trabalho proveniente do programa de apoios à contratação.

Este segundo ramo é mais escasso na literatura porque há poucas políticas que têm uma dimensão suficiente para alterar o mercado de trabalho de forma agregada. Para tal, é

necessário que o programa abranja uma fatia quase total da população desempregada. Felizmente, o programa Medida Compromisso Emprego Sustentável (MCES) consegue ser utilizado para esse efeito. O MCES concede um apoio financeiro à empresa que contrata qualquer desempregado com pelo menos 3 meses consecutivos no desemprego.

Nós iremos propor uma metodologia capaz de avaliar o efeito total na probabilidade de emprego dos desempregados no curto prazo usando o MCES. Não iremos propor nenhuma metodologia para avaliar o efeito do programa após o fim do apoio porque esse é um efeito de longo prazo. No entanto, visto que o programa não consiste em estágios, mas sim em empregos sem termo, é pouco provável que o valor do pagamento das contribuições sociais tenham um impacto que reverta totalmente o efeito de longo prazo. No entanto, não negamos que, em princípio, será atenuado.

### 2.2.1 Programa Medida Compromisso Emprego Sustentável (MCES)

O MCES entrega às empresas participantes um apoio financeiro pelo ato de contratação sem termo de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) que é conjugado com um apoio financeiro ao pagamento de contribuições para a segurança social durante um ano. O apoio inicial é 12 vezes o valor indexante dos apoios sociais (IAS). Para dar uma ideia da dimensão deste apoio, o IAS em 2024 é 509.26€.

As condições de elegibilidade são variadas, mas podem separar-se em dois ramos. Para a firma receber o financiamento, os desempregados têm de estar inscritos no IEFP há pelo menos 3 meses consecutivos ou estar numa outra situação de vulnerabilidade. A situação de vulnerabilidade é extremamente flexível, contemplando pessoas com deficiência, vítimas de violência domestica, alcoólicos em processo de recuperação, refugiados e entre outras.

Os fundos têm majorações. Em algumas situações, o apoio consegue ser aumentado em 25%. Uma dessas situações é o indivíduo ser um jovem com idade igual ou inferior a 35 anos.

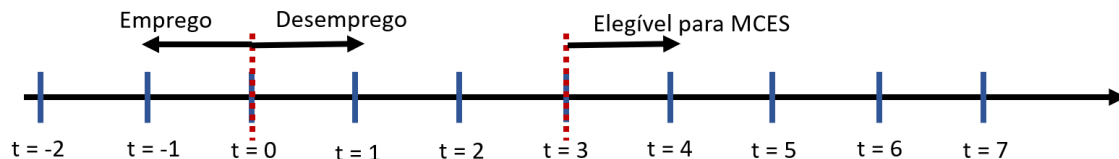


Figura 2: Elegibilidade para o MCES

## **2.2.2 Dados/Indicadores**

Para a construção da amostra, são necessárias 3 fontes distintas:

1. Dados da Segurança Social com informação ao nível do trabalhador sobre os salários e respetivo estado de emprego dos trabalhadores portugueses. Estes dados devem também conter ter um ID da empresa.
2. Dados financeiros ao nível da firma. Esta informação existe ao nível anual na base de dados do INE Sistema de Contas Integradas das Empresas. Ter também a localização da firma.
3. Informação proveniente do programa MCES sobre:
  - Todas as empresas e trabalhadores que se candidatam;
  - Quais as candidaturas que foram aceites no programa e respetivos pormenores, como as datas de começo e término, a existência de majorações e, caso existam, qual a razão;
  - Caso a candidatura seja recusada, qual o motivo de recusa.

### **2.2.2.1 Dados do IEFP**

O Instituto de Emprego e Formação Profissional tem uma base de dados organizada com todas as pessoas que alguma vez têm de se inscrever no instituto. A inscrição pode ter vários motivos. Pode ser uma candidatura a um programa ou qualquer indivíduo que queira receber subsídio de desemprego.

Os dados contemplam várias variáveis sobre o programa, a sua duração, respetivas datas. Além disso, contempla também informações sobre a localização, com granularidade máxima quanto ao município. Mas também apresenta informação ao nível individual, como idade, género, nível de educação, entre outros.

### **2.2.2.2 Dados Segurança Social**

O IEFP e a Segurança Social têm um protocolo que visa munir os avaliadores dos dados necessários para conclusões realistas e quantitativas.

Este protocolo consiste na Segurança Social providenciar dados ao IEFP, com periodicidade mensal, das seguintes variáveis:

- Remuneração
- Tipo de trabalho (conta de outrem, desempregado, etc.)
- CAE da empresa

- Localização do estabelecimento, com granularidade máxima de municípios.

Apesar de nunca ter sido providenciada, foi nos comunicado em reunião com o IEFPP que seria possível obter o NPC\_FIC da empresa (um indicador anon da empresa) e quanto à ocupação, mesmo que com pouca granularidade.

A Segurança Social apenas dispensa dados relativos a trabalhadores cujo NIF seja indicado pelo IEFPP. Isto é, o IEFPP envia um conjunto de NIFs e obter os dados meramente referentes a estas pessoas. Isto significa que os NIFs têm de existir nos sistemas de informação do IEFPP.

Ou seja, tanto nestas como noutras análises, é imperativo que não sejam sugeridas metodologias que envolvam indivíduos que nunca “passaram” pelo IEFPP.

### 2.2.3 Construção da Amostra

Estas três fontes de informação devem ser fundidas numa só base de dados ao nível do trabalhador. Usando o mês, o ID do trabalhador e o ID da empresa os dados devem ser conectados. No caso dos dados financeiros, em princípio, só existirá dados anuais. Nesse caso, os dados devem ser juntados usando o ano civil ao qual os dados financeiros se referem.

Para capturarmos corretamente a probabilidade de emprego para cada mês consecutivo de desemprego ao nível do trabalhador é necessário garantirmos que a nossa amostra consegue lidar com vários eventos de desemprego para cada trabalhador.

Em primeiro lugar, nós sugerimos que, para cada trabalhador  $i$ , seja criada a variável  $t$ , que mede o tempo decorrido em meses até e após o evento de desemprego. Neste sentido, no mês em que se regista o evento, i.e., no primeiro período em que o indivíduo passa a ser classificado como desempregado, a variável  $t$  tomará valor zero. Assim, em períodos em que observamos o indivíduo antes do evento, a variável  $t$  tomará valores negativos e, em períodos que sucedem o evento, a variável tomará valores positivos. Por exemplo,  $t = -5$  indica que a observação em causa precede o evento de desemprego em 5 meses e,  $t = 5$  indica que a observação foi registada 5 meses após o evento. Na preparação dos dados, sugerimos que o investigador confine a amostra a indivíduos que ficam desempregados pelo menos uma vez, visto que indivíduos sempre empregados não têm  $t$  definido. A Figura 2 mostra um exemplo desta variável.

Em segundo lugar, a amostra terá de ser dividida em dois períodos: o período pré-MCES e o período MCES. Ambos devem ter a duração de 24 meses (valor pode ser alterado). Ou seja, a pré-MCES deve cobrir 2 anos antes da implementação da medida e a MCES 2 anos após. Além disto, é necessário garantir que a variável  $t$ , para cada amostra e trabalhador  $i$ , cobre apenas o primeiro evento de desemprego.

Este procedimento previne dois potenciais problemas neste tipo de estudos. O primeiro seria: se cada vez que um trabalhador ficasse desempregado lhe fosse atribuído  $t = 0$ , o estudo estaria enviesado porque seria impossível observar empregos mal sucedidos que voltariam a levar o trabalhador para o desemprego. O segundo problema consistiria num enviesamento originado por apenas capturarmos o desemprego de piores trabalhadores no período pré-MCES.

A última restrição é manter apenas os indivíduos elegíveis ao programa via duração de desemprego, eliminando todas as outras fontes de elegibilidade.

## 2.2.4 Estratégia de Identificação

O MCES entrou em vigor em 2024. A nossa estratégia de identificação tira proveito de uma descontinuidade. Do segundo mês de desemprego consecutivo para o terceiro mudam poucas características do trabalhador mas o financiamento ao abrigo da política torna-se disponível. Mais ainda, qualquer diferença média entre estes dois grupos de trabalhadores (dois meses de desemprego vs. três) é esperada que não se modifique com a introdução do programa. Logo, nós argumentamos que a diferença entre a descontinuidade do segundo mês de desemprego consecutivo para o terceiro, comparando o período pré-programa com pós-programa, captura o efeito causal.

## 2.2.5 Modelo

O modelo que sugerimos nesta secção mistura um modelo de *regression discontinuity design* (RDD) (Hahn, Todd, e Van der Klaauw 2001) com um *event study* (Corrado 2011). Recomendamos estimar o seguinte modelo linear:

$$y_{it} = \beta_0 \mathbf{1}\{t > 3\} + \beta_1 [D_{m(i,t)} \times \mathbf{1}\{t > 3\}] + \theta_1 t + \theta_2 t^2 + \theta_3 t^3 + \tau_{m(i,t)} + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

onde  $y_{it}$  é uma variável dependente para o trabalhador  $i$  a  $t$  meses do evento de desemprego, podendo ser uma variável binária a indicar emprego ou uma variável contínua com o logaritmo natural do salário total dos trabalhadores empregues;  $D_{m(i,t)}$  é uma variável binária que é 1 caso o programa MCES já esteja disponível no mês  $m$ ;  $\tau_{m(i,t)}$  são efeitos fixos para cada mês  $m$ ; e  $\varepsilon_{it}$  é o resíduo.

### 2.2.6 Interpretação da Equação 5

O mês  $m$  é o ID no mês referente à observação (a não confundir com  $t$ , que é a duração do período de desemprego). Logo,  $\beta_0$  indica qual a diferença na probabilidade de emprego (caso  $y_{it}$  seja emprego) de um trabalhador desempregado há 2 meses ou há 3 meses.

Logo, o efeito causal no curto-prazo da política está capturado pelo  $\beta_1$ .  $\beta_1$  indica qual a diferença na propensidade ao emprego quando a política foi implementada, comparando com a diferença pré-MCES. Logo, é o efeito de curto-prazo no emprego de todos os desempregados. Não é um efeito específico aos participantes, mas sim uma descida geral do desemprego.

Os coeficientes  $\theta$ s estimam o efeito da duração do desemprego na probabilidade de emprego (ou salários, caso esse seja o  $y_{it}$ ). A inserção de  $t$  e respetivos termos quadráticos garantem o design de RDD e que a interpretação do  $\beta_1$  pode ser feita como um “salto” do 2º para o 3º mês de desemprego.

Por causa da inserção dos efeitos fixos do mês  $\tau_{m(i,t)}$ , o efeito estático de  $D_{m(i,t)}$  já está a ser capturado.

### 2.2.7 Modelo *logit*

No caso de ser estimado o modelo Equação 5 com a variável dependente a ser uma variável binária a indicar emprego, é recomendado que seja estimado como um modelo não linear. Sugerimos o *logit*. Nesse caso, é necessário usar a função logística para calcular os *Average Partial Effects* (APE) para permitir a interpretação não em propensidade de emprego, mas sim em probabilidade de emprego.

### 2.2.8 *Dead-Weight Loss*

No contexto de apoios à contratação, *dead-weight loss* (DWL) acontece quando há empregos subsidiados que teriam sido criados na mesma. Logo, neste contexto agregado e com a nossa especificação, é possível quantificá-los.

Como a nossa amostra final inclui informação sobre quais são os participantes no programa, é possível contar, na amostra pós-MCES quantos trabalhadores foram contratados ao abrigo do programa quando  $t = 3$ . Chamemos-lhe  $Q$ .  $Q$  representa o total de empregos subsidiados no momento em que o desemprego cumulativo passa de 2 para 3 meses.

Além deste cálculo, é necessário averiguar quantos empregos foram criados no momento em que as pessoas passam a ser elegíveis para este apoio. O  $\beta_1$  calcula do efeito causal



no limite  $t = 3$ . Logo, se multiplicarmos  $\beta_1$  pela população elegível a  $t = 3$ , ficamos com uma estimativa do efeito causal absoluto no emprego. Chamemos-lhe  $C$ .

Portanto, conseguimos estimar a percentagem de empregos que foi subsidiada que teria sido criada na mesma, caso o subsídio não existisse, fazendo:

$$DWL = \frac{Q - C}{Q}$$

### 2.2.9 Validade Externa

A validade externa, num contexto económico, refere-se à capacidade de generalizar os resultados de um estudo ou modelo econométrico para contextos ou populações além daqueles utilizados para a identificação dos coeficientes do estudo. Por outras palavras, trata-se de perceber qual a extensão possível das conclusões de uma análise econométrica.

A validade externa é crucial para garantir que as descobertas de um estudo são relevantes. Neste caso, interessa-nos que as conclusões sejam válidas para grupos desfavorecidos mesmo que estes não sejam utilizados no estudo.

O modelo *logit* utilizado para aferir o impacto no emprego, tem a vantagem extra de permitir esta validade externa.

A principal característica do modelo *logit* é sua capacidade de modelar probabilidades numa escala restrita entre 0 e 1 (necessária para eventos binários como o emprego). O modelo *logit* usa a função logística (ou função cumulativa logística) para modelar as probabilidades. Como tal, os coeficientes ( $\beta$ s) estimados no modelo *logit* representam a mudança logarítmica nas probabilidades de o evento ocorrer em resposta a uma unidade de mudança nas variáveis explicativas, mantendo todas as outras variáveis constantes. Esses coeficientes podem ser interpretados como as propensões relativas de mudança na probabilidade do evento, dadas as variáveis explicativas.

No caso do MCES, o coeficiente de interesse mede o aumento da propensão ao emprego. Esta propensão irá levar a efeitos diferentes na probabilidade de emprego, consoante a probabilidade inicial (seguindo a função cumulativa *logit*).

Portanto, se se quiser extrapolar as conclusões deste estudo para os grupos desfavorecidos, o problema de validade externa presente no cálculo dos *Average Partial Effects* está bastante colmatado para os coeficientes. O modelo tem em conta que os grupos desfavorecidos têm uma maior dificuldade em encontrar emprego e previra um efeito médio da política diferente do que é estimado para os grupos tratados. Assim, melhora-se a validade externa deste estudo.

### **2.2.10 Avaliação do MCES caso os apoios sejam de dimensão inferior ao esperado**

Caso os apoios tenham uma dimensão inferior à esperada, pode não ser possível detetar efeitos globais. Nesse caso, terá de ser analisado o efeito médio apenas para os indivíduos tratados.

A mesma metodologia deve ser utilizada, mas incluindo apenas indivíduos tratados e no período em que o MCES está disponível. Logo, a metodologia RDD retira o efeito da passagem do mês sem tratamento para o mês com tratamento para indivíduos tratados. Ou seja, o modelo 5 ficará sem o  $\beta_1$  e o efeito do tratamento é capturado pelo  $\beta_0$ .

Por outras palavras, a metodologia sugerida é uma junção de RDD com DiD para efeitos globais. Com as modificações anteriormente mencionadas, torna-se numa RDD para aferir os efeitos apenas no grupo tratado.

Em suma, tem de ser feita uma alteração na amostra utilizada e outra alteração no modelo estimado. Com estas alterações já não estaríamos a aferir os efeitos globais da política, mas sim os efeitos da política nos indivíduos tratados.

## 3 A35: Contratos Locais de Desenvolvimento Social

### 3.1 Introdução aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) têm por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Estes apoios são cofinanciados pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%).

As candidaturas aos CLDS destinam-se a entidades de direito privado sem fins lucrativos, que atuem na área do desenvolvimento social, na qualidade de Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP). Podem ainda candidatar-se, em parceria com a ECLP, entidades de direito público, de direito privado sem fins lucrativos, que atuem na área do desenvolvimento social, ou de direito privado com fins lucrativos, na qualidade de Entidades Locais Executoras das Ações (ELEA).

O estudo com vista à identificação dos territórios de intervenção no âmbito do Programa CLDS — 5G tem em consideração critérios de elegibilidade ao nível do concelho, que indicam vulnerabilidades e fragilização do tecido social. Estes indicadores são os seguintes:

1. Desempregados registados (IEFP, média de 2022)/População Residente 15 -74 anos (INE, Estatísticas Demográficas 2022);
2. Desempregados registados há 1 ano ou mais (IEFP, média de 2022)/População Residente 15 -74 anos (INE, Estatísticas Demográficas 2022);
3. Titulares da prestação garantia para a infância 3 -17 anos + Potenciais titulares da prestação garantia para a infância com menos de 3 anos (II/MTSSS, FEV 2023)/População 0 -17 anos (INE, Estatísticas Demográficas 2022);
4. Índice de envelhecimento da população (INE, Estatísticas Demográficas 2022) = [População com 65 e mais anos de idade/População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos] \*100;
5. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (II/MTSSS, FEV 2023)/População Residente total (INE, Estatísticas Demográficas 2022);
6. Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (II/MTSSS, FEV 2023)/População com 65 e mais anos (INE, Estatísticas Demográficas 2022);

7. Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA) (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo — ENIPSSA — DEZ 2021)/População Residente total (INE, Estatísticas Demográficas 2022).

A classificação de um concelho como estando em situação de vulnerabilidade resulta de, pelo menos, um dos indicadores associados aos perfis do território de intervenção se encontrar acima do valor mediano desse indicador, para o conjunto dos concelhos de Portugal Continental. Relativamente ao indicador referente à proporção de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA) da região, um concelho é considerado com situação crítica de pobreza quando tem uma proporção maior ou igual a 0,05 % de PSSA no total da sua população.

Ademais, o montante do financiamento a atribuir a cada concelho resulta da conjugação da dimensão da população com a majoração a definir pelo número de vulnerabilidades identificadas pelos indicadores em cada perfil.

Após a seleção dos concelhos elegíveis, as Câmaras Municipais ou os Conselhos Locais de Ação Social são responsáveis por escolher as entidades que receberão o apoio.

### **3.2 QA4: Qual a Eficácia das Ações Apoiadas?**

Nesta secção, propomos um método quantitativo com a finalidade de avaliar a questão seguinte:

Qual a eficácia das ações apoiadas pelo PT2020 na inserção de públicos desfavorecidos no mercado de trabalho e na qualidade dessas inserções? Como é que as ações causaram esses resultados, bem como outros não esperados? As medidas têm o mesmo efeito em todos os públicos e contextos de enquadramento?

Para responder, é necessário procurar qual o grau de eficácia do programa CLDS nos concelhos nos quais foi implementado.

A metodologia que propomos nesta secção tem por base um modelo de *regression discontinuity design* (RDD) (ver Hahn, Todd, e Van der Klaauw (2001) para mais detalhes). A estratégia de identificação tira proveito de uma descontinuidade no valor dos indicadores que determinam a elegibilidade de um concelho para este apoio. Pretende-se assim determinar o impacto do programa CLDS, utilizando dados dos concelhos selecionados e não selecionados para receber este financiamento, através de um RDD, com *fixed effects* para cada concelho e cada ano.

### 3.2.1 Dados/Indicadores

Para a construção da amostra a utilizar, são necessárias as seguintes fontes de dados:

1. Informação sobre o programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS):
  - Todos os concelhos considerados para receber o apoio;
  - Quais os concelhos que foram selecionadas para receber o apoio, e quais não foram selecionados;
  - Dados relativos às entidades aceites no programa e respetivos pormenores, nomeadamente a duração do apoio, as datas de começo e fim, quantas entidades foram financiadas, qual a dimensão dos fundos atribuídos, entre outros.
2. Dados sobre os indicadores que determinam a elegibilidade de um concelho para participar no programa CLDS:
  - Dados sobre o número de desempregados registados, disponíveis na base de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);
  - Dados demográficos de cada concelho, disponíveis na base de dados do INE Estatísticas demográficas;
  - Dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS), relativos ao número de beneficiários do apoio social Garantia para a Infância;
  - Dados sobre o número de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA).

### 3.2.2 Construção da amostra

Estas três fontes de informação devem ser fundidas numa só base de dados ao nível do concelho, para todos os concelhos considerados para receber o apoio, independentemente de terem sido efetivamente selecionados como território de intervenção elegível. A amostra resultante será de painel, com informação referente aos diversos concelhos, anualmente.

Seguidamente, de modo a ser possível utilizar a estratégia de identificação escolhida, *regression discontinuity design* (RDD), é necessário construir a variável que determina a elegibilidade, registando-se nela a descontinuidade a estudar.

Esta variável,  $x_{it}$ , corresponderá ao máximo do percentil de cada município em todas as variáveis. Ou seja, há várias maneiras de obter o tratamento. Estas modalidades incluem a percentagem de desempregados registados ou de beneficiários de Garantia

para a Infância, entre os restantes descritos ao pormenor anteriormente. Deixe-mos  $m$  indicar qual é a modalidade com percentil mais alto. Portanto,  $x_{it}$  é o percentil mais alto que o município  $i$  tem em  $t$  dado todas as modalidades  $m$ .

Esta variável deverá ser referente ao ano no qual existiu a seleção dos concelhos elegíveis para o apoio em análise. Como são elegíveis de forma diferente, têm de ser eliminados os concelhos que recebem o apoio apenas por causa do número de pessoas em situação de Sem-Abrigo.

Deste modo, será possível observar a descontinuidade que determina a seleção para o programa CLDS, caso o valor de  $x_{it}$  ultrapasse o limite exigido para o concelho ser determinado elegível,  $c$ . Isto permitirá auferir o efeito causal do programa CLDS, uma vez que é esperado que os concelhos cujo valor de  $x_i$  se encontra próximo de  $c = 0.5$  sejam comparáveis, diferindo relativamente à implementação ou não implementação do apoio em estudo.

### 3.2.3 Método Econométrico

O modelo que sugerimos nesta secção tem por base um modelo de regression discontinuity design (RDD). O objetivo de uma metodologia RDD, neste caso, é comparar concelhos que são quase iguais mas essa pequena diferença (um tem  $x_{it} = 0.49$  e outro igual a 0.5) faz uma enorme diferença no tratamento.

Recomendamos estimar o seguinte modelo linear:

$$y_{it} = \beta_0 + \beta_1 1\{x_{it} > 0.5\} + \beta_2 x_{it} + \gamma_i + \tau_t + \theta_m + \epsilon_i \quad (6)$$

onde  $y_{it}$  é uma variável dependente para o concelho  $i$  no ano  $t$ , que será discutida na sub-secção seguinte;  $x_{it}$  é a variável que corresponde ao máximo entre os indicadores de vulnerabilidade do concelho;  $\gamma_i$  são efeitos fixos para cada concelho  $i$ ;  $\tau_t$  são efeitos fixos para cada ano  $t$ ;  $\theta_m$  são efeitos fixos para cada modalidade;  $\epsilon_{it}$  é o resíduo.

Os efeitos fixos de cada modalidade  $\theta_m$  só devem ser inseridos caso haja variação dentro de cada concelho Ou seja, tem de haver bastante concelhos que vão variando em qual é o seu indicador mais alto. A mesma coisa quanto aos efeitos fixos do concelho  $\gamma_i$ . É necessário que um concelho passe de tratado para não tratado. Caso contrário, não podem ser inseridos.

### 3.2.4 O que pode ser a variável dependente

A variável dependente,  $y_{it}$ , anteriormente mencionada, deverá ser um indicador que permita avaliar a inclusão social dos cidadãos e o combate à pobreza, que constituem os principais objetivos do programa CLDS.

Desta forma, sugerimos a utilização da percentagem de Famílias com processamentos de Rendimento Social de Inserção, ou a taxa de empregabilidade desta porção da população.

Alternativamente, pode ser utilizada a taxa de Pobreza ou a taxa de Risco de Pobreza, também disponíveis na base de dados do INE, procurando permitir auferir se este indicador diminuiu após a implementação da política CLDS no concelho.

### 3.2.5 Interpretação da Equação Equação 6

O efeito causal desta política está capturado pelo  $\beta_1$ . Este coeficiente indica qual a diferença na variável dependente,  $y_{it}$ , de um concelho no qual o programa CLDS foi implementado, para um no qual este apoio social não foi implementado.

O coeficiente  $\beta_2$  captura a influência do nível de vulnerabilidade do concelho, definido pela variável  $x_i$ , na variável dependente.

A inserção do termo fixo  $\gamma_i$  garante que diferenças intrínsecas ao concelho não influenciam a estimação do efeito causal do programa. Finalmente, por causa da inserção dos efeitos fixos do ano,  $\tau_t$ , a tendências temporais ou diferenças devidas a especificidades de um determinado período de tempo (por exemplo, o impacto da pandemia de Covid-19) não adulteram a estimação do efeito causal da política.

## 3.3 QA5: Qual a Eficiência do Programa?

Nesta secção, procuramos responder, através de um método quantitativo, à seguinte questão:

A dimensão financeira, as formas de financiamento e os instrumentos de apoio adotados foram adequados e suficientes para cada uma das medidas?  
Teria sido possível obter melhores resultados com os mesmos recursos?

Assim, procuramos avaliar a eficiência das ações apoiadas, e determinar se teria sido possível distribuir o financiamento de modo mais produtivo e com melhores resultados.

Para responder a esta questão, sugerimos estudar efeitos heterogéneos. Propomos analisar se serão mais eficientes ações desenvolvidas no âmbito de um perfil do território específico (territórios especialmente afetados por desemprego; com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil; envelhecidos; ou fortemente atingidos por calamidades), e quais.

### **3.3.1 Classificação**

O Programa CLDS aplica-se ao território de Portugal continental. Os territórios ou concelhos a abranger pelos CLDS-4G assumem os seguintes perfis, tendo por referência o conjunto de indicadores anteriormente descritos:

1. Territórios especialmente afetados por desemprego;
2. Territórios com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil;
3. Territórios envelhecidos,
4. Territórios fortemente atingidos por calamidades.

De modo análogo, as ações a desenvolver pelos CLDS-4G integram os seguintes eixos de intervenção:

1. Eixo 1: Emprego, formação e qualificação;
2. Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;
3. Eixo 3: Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa;
4. Eixo 4: Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários.

Em função dos perfis de cada território, devem ser desenvolvidas as ações obrigatórias previstas em cada um dos Eixos correspondentes a determinado perfil.

Deste modo, é possível tirar proveito da classificação dos concelhos selecionados para o CLDS para avaliar a eficiência relativa de cada um dos distintos perfis e eixos de intervenção.



### 3.3.2 Re-estimar a Equação Equação 6

Assim, para avaliar a eficiência heterogénea das ações apoiadas, sugerimos dividir a mesma amostra utilizada para a questão QA4 segundo os quatro perfis e eixos de intervenção prévios e re-estimar a equação Equação 6 quatro vezes. A classificação por perfil e eixo de cada concelho estará presente nos informação sobre o programa CLDS, a primeira fonte de dados da amostra a reutilizar.

Isso fará com que, cada uma dessas repressões tenha novos coeficientes. Nomeadamente, será útil comparar o coeficiente  $\beta_1$ , o efeito causal do programa CLDS na variável dependente escolhida, e, especialmente, o seu grau de significância em cada regressão. Assim, será possível estabelecer uma aproximação sobre a eficiência relativa de cada um dos perfis, e procurar concluir quais os mais eficientes, de modo a poder ter uma ideia de em que áreas estas políticas se devem concentrar.

### 3.3.3 Análise Custo-Benefício

Porém, para esta análise ser mais precisa, sugerimos efetuar uma análise de custo-benefício, por exemplo usando um simples rácio entre os coeficientes e o custo:

$$\frac{C_j}{\beta_1}$$

Neste caso, o coeficiente de interesse é o  $\beta_1$ , e  $C_j$ , o custo total do programa com cada empresa é idealmente reportado pelas entidades promotoras.

Por exemplo, se queremos saber qual o perfil de projeto que tem melhor retorno a nível de inclusão social dos cidadãos e combate à pobreza, podemos estimar os modelos com  $y_{it}$  como a percentagem de não beneficiários do Rendimento Social de Inserção fazer o rácio  $\frac{C_j}{\beta_1}$  para os vários modelos.

## 3.4 QA8: Quais os Efeitos no Contexto Socioeconómico dos Territórios?

Nesta secção, sugerimos um método quantitativo para responder à questão seguinte:

Como é que as ações apoiadas causaram mudanças no contexto socioeconómico, em particular nos territórios de residência das pessoas beneficiárias e nas organizações de acolhimento?

Para responder, propomos adaptar a metodologia adotada para avaliar a questão QA4. No entanto, serão analisados como variável dependente indicadores relativos ao contexto socioeconómico global do concelho. Deste modo, procura-se compreender como as ações apoiadas contribuíram para alterar o contexto dos territórios e concelhos, e não apenas nos indicadores referentes a exclusão social e combate à pobreza (eficácia do programa CLDS).

### 3.4.1 Reestimar a Equação Equação 6

Os dados e indicadores a utilizar na avaliação desta questão são similares aos da questão QA4. Apenas será necessário, neste caso, incorporar variáveis relativas ao contexto socioeconómico do concelho, como por exemplo: percentagem de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo; percentagem de beneficiários de programas da Segurança Social como Garantia para a Infância ou Ação Social Escolar; emprego ou o logaritmo natural do salário total dos trabalhadores empregues.

A escolha das variáveis dependentes a considerar deve depender do interesse dos avaliadores em estudar que fatores sociais foram impactadas pelo CLDS. Porém, caso se escolha avaliar os efeitos no nível de emprego ou salário, é necessária precaução, porque há poucas políticas que têm uma dimensão suficiente para alterar o mercado de trabalho de forma agregada.

A amostra deverá ser construída do mesmo modo que na questão QA4, podendo utilizar-se a mesma amostra e adicionar-se os indicadores referidos que faltam.

A metodologia que propomos nesta secção tem, novamente, por base um modelo de *regression discontinuity design* (RDD), voltando a estratégia de identificação a tirar proveito da descontinuidade no valor dos indicadores que determinam a elegibilidade de um concelho para o CLDS.

Pretende-se assim determinar o impacto do programa CLDS, utilizando dados dos concelhos selecionados e não selecionados como elegíveis para receber esta política, através de um RDD, com *fixed effects* para cada concelho e cada ano.

Finalmente, o efeito causal desta política está capturado pelo  $\beta_1$ . Este coeficiente indica qual a diferença na variável dependente escolhida,  $y_{it}$ , de um concelho no qual o programa CLDS foi implementado, para um no qual este apoio social não foi implementado. Assim, o  $\beta_1$  capta as mudanças no contexto socioeconómico dos concelhos que o apoio em análise pode ter despoletado.

## 3.5 CLDS: Estudo ao nível do indivíduo

A metodologia proposta pode ser adaptada para o nível do indivíduo. O primeiro passo de adaptação é a passagem de uma RDD para um *before and after*. De uma forma geral, consistiria em obter informações sobre os participantes antes e depois da política ao nível do indivíduo e proceder a uma comparação.

Para implementar esta medida, são necessárias modificações ao modelo Equação 6:

1. O modelo tem de ser estimado a partir de uma amostra ao nível do trabalhador;
2.  $\beta_2$  tem de ser retirado;
3.  $\beta_1$  tem de indicar o período antes da política. Este parâmetro pode ser estimado para vários períodos após a política.
4. Adicionar efeitos fixos do trabalhador. Para adicionar efeitos fixos só é necessário aceder a um ID único ao nível do indivíduo;
5. Retirar os efeitos fixos do ano, por levar a um problema de colinearidade.

### 3.5.1 As várias modalidades

Existem várias intervenções previstas pelos CLDS. Além disso há várias gerações (CLDS, iniciado em 2007; CLDS +, iniciado em 2012; CLDS 3G, iniciado em 2015; CLDS 4G, iniciado em 2018).

Para tal, sugerimos a introdução de variáveis de interação com com as variáveis de tratamento. Iremos referir as agregações que podem ser usadas para a interação. Estas variáveis têm o objetivo de retirar o efeito causal para estes sub-grupos de pessoas; i.e., de aferir heterogeneidade dentro do modelo Equação 6 adaptado. Também pode ser estimado o mesmo modelo para várias amostras diferentes. A amostra teria de ser separada por 4 agregações de Ações e 4 eixos, que são as variáveis usadas para a interação.

Sugerimos 4 agregações, que podem ser modificadas:

1. Inserção Socio-profissional
  - Formação Profissional: Oferta de cursos e formações profissionais adaptadas às necessidades do mercado de trabalho local, visando melhorar as competências e qualificações dos participantes.
  - Alfabetização e Educação de Adultos: Promoção de programas de alfabetização e educação de adultos para combater o analfabetismo e melhorar as competências básicas de leitura, escrita e cálculo.

- Apoio à Procura de Emprego: Prestação de apoio personalizado na procura de emprego, incluindo orientação vocacional, elaboração de currículos, preparação para entrevistas, entre outros serviços.
- Criação de Emprego e Empreendedorismo: Estímulo à criação de novas oportunidades de emprego através do apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios locais.

## 2. Apoio à Educação

- Apoio Escolar: Desenvolvimento de atividades de apoio ao estudo, tutorias e reforço escolar para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

## 3. Promoção da Saúde e Bem-Estar

- Prevenção de Comportamentos de Risco: Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e programas de prevenção dirigidos a problemas como o consumo de drogas, tabagismo, alcoolismo, entre outros.
- Acesso a Cuidados de Saúde: Facilitação do acesso a serviços de saúde, incluindo consultas médicas, rastreios de saúde, cuidados de enfermagem, entre outros.

## 4. Apoio à Família e à Comunidade

- Apoio Social: Prestação de apoio social e psicológico a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, incluindo aconselhamento, mediação familiar, apoio alimentar, entre outros.
- Integração Comunitária: Promoção da participação ativa dos cidadãos na vida comunitária, através da organização de eventos culturais, desportivos e recreativos, bem como do estímulo ao voluntariado.

Além disso, há uma agregação por eixos:

### Eixo 1

- Desempregados
- Empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais
- Alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo
- Alunos do ensino secundário

### Eixo 2

- Agregados de baixos rendimentos com crianças
- Crianças e jovens

### Eixo 3

- Pessoas idosas Eixo 4
- Associações
- Moradores

Esta adaptação permite responder às mesmas questões QA4, QA5 e QA8, mas de uma perspectiva individual.

## 4 A46: Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente

### 4.1 Introdução: O que é o MAVI?

O Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) representa uma iniciativa significativa em Portugal destinada a promover a autonomia e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência ou incapacidade. Este modelo procura oferecer respostas inovadoras e integradas que facilitam a inclusão social e a participação ativa das pessoas com deficiência na comunidade.

A essência do MAVI assenta na disponibilização de um serviço especializado de assistência pessoal. Este serviço é destinado a apoiar as pessoas com deficiência ou incapacidade nas atividades diárias que não conseguem realizar por si mesmas, devido às limitações impostas pela sua interação com o meio ambiente. A finalidade é garantir que estas pessoas possam viver de forma mais autónoma e independente possível.

Para operacionalizar este modelo, foram estabelecidos os centros de apoio à vida independente (CAVI), que atuam como entidades beneficiárias e responsáveis pela promoção e fornecimento do serviço de assistência pessoal. As pessoas com deficiência ou incapacidade, ou os seus representantes legais, podem manifestar o interesse em receber assistência pessoal através de uma solicitação formal junto a um CAVI. Esta solicitação poderá então ser convertida num plano individualizado de assistência, adaptado às necessidades específicas de cada indivíduo.

A implementação do MAVI foi inicialmente testada através de projetos-piloto, que serviram para avaliar a sua eficácia e identificar áreas de melhoria. A avaliação do projeto-piloto foi crucial para o desenvolvimento do modelo definitivo, garantindo que a assistência pessoal fornecida seja realmente eficaz no apoio à vida independente dos beneficiários.

Algumas atualizações importantes foram incorporadas no modelo definitivo do MAVI. Por exemplo, a idade mínima para acesso ao serviço foi reduzida de 16 para 14 anos, ampliando assim o grupo de beneficiários potenciais. Além disso, o modelo passou a incluir o suporte para despesas adicionais, como obras de adaptação na habitação, custos com rendas e transporte, proporcionando uma assistência mais abrangente.

Logo, os possíveis beneficiários incluem todas as pessoas com idade igual ou superior a 14 anos com:

- deficiência certificada por atestado médico de incapacidade multiuso ou cartão de deficiente das Forças Armadas com grau de incapacidade igual ou superior a 60%;
- Pessoas com deficiência intelectual, com doença mental e no espectro do autismo;

A avaliação contínua do MAVI visa verificar o impacto do programa na autonomia das pessoas abrangidas e na sua inclusão social e profissional. Esta avaliação compara os beneficiários do MAVI com pessoas em situações similares que não receberam tais apoios e a evolução de métricas associadas aos beneficiários ao longo do tempo.

No sentido desta avaliação, a portaria supra-mencionada considera várias atividades a realizar no âmbito da assistência pessoal disponibilizada no MAVI. Para facilitar a avaliação, é proposta uma categorização das várias atividade a realizar, que poderá ser utilizada para a avaliação do programa.

Em suma, iremos propor a avaliação separada por **modalidade**<sup>3</sup>, que são as seguintes:

- cuidados pessoais e assistência doméstica;
- saúde e mobilidade;
- educação e desenvolvimento profissional;
- integração e participação cívica.

Para mais informação consultar [Portaria n.º 415/2023, de 7 de dezembro](#).

## 4.2 QA8 e QA9: Efeitos nos Participantes no Curto e Longo Prazo

Esta secção responde à seguinte pergunta:

As pessoas abrangidas pelas ações financiadas podem considerar-se como tendo mais independência e autonomia, quando comparadas com pessoas, com características idênticas, que não foram abrangidas pelas intervenções?

Para conseguirmos responder a esta pergunta, nós sugerimos um *Difference in Difference* que compara pessoas com incapacidades, que participam no programa, com pessoas com incapacidades que não participam no programa, apesar de serem elegíveis. A comparação é feita numa *matched sample* usando *Propensity Score Matching*.

---

<sup>3</sup>Na modalidade de *Cuidados Pessoais e Assistência Doméstica*, incluem-se atividades de apoio nos domínios da higiene, alimentação e cuidados pessoais, bem como atividades de apoio em assistência doméstica de carácter pontual. No que diz respeito à *Saúde e Mobilidade*, destacam-se atividades de acompanhamento a consultas, tratamentos e intervenções de reabilitação, além de atividades de apoio em deslocações. Já na esfera da *Educação e Desenvolvimento Profissional*, incorporam-se atividades de apoio à frequência de formação profissional, à educação formal, à frequência de ensino superior e de investigação, e na procura ativa de emprego. Por fim, a modalidade de *Integração Social e Participação Cívica* abrange atividades de apoio em contexto laboral e em atividades socialmente úteis, em cultura, lazer e desporto, à criação e desenvolvimento de redes sociais de apoio, à participação e cidadania, à tomada de decisão, incluindo a recolha e interpretação de informação necessária à mesma, e em mediação da comunicação. Em certos documentos, as modalidades são chamadas de ações ou linhas de ação.

### 4.2.1 Dados/Indicadores

Para a construção da base de dados é necessária informação proveniente de duas entidades. A Segurança Social e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR). Os Dados da Segurança Social com informação ao nível do indivíduo sobre os salários e respetivo estado de emprego. Estes dados devem também conter um ID da firma. Além disso, da segurança social consegue ser obtido uma variável que indica se indivíduos têm certificado por atestado médico de incapacidade multiuso ou uma deficiência intelectual, doença mental ou autismo.

O objetivo seria obter, também da segurança social, dados demográficos como: Idade, género, nível de educação, condição de emprego (tipo, horas trabalhadas, estabilidade), tipo e grau de deficiência<sup>4</sup>, composição familiar, área de residência, rendimento do agregado familiar, salário do indivíduo. No entanto, à uma possibilidade de dificuldade de obtenção de algumas variáveis. Pelo que deve ser complementada com informação do INR. O INR conseguirá também providenciar dados de medidas de autonomia.

São necessários dados específicos do Programa MAVI. As variáveis devem incluir a data de início e final(se houver termino do programa por uma das partes), tipos de apoios recebidos, duração e intensidade do apoio, avaliação da qualidade e utilidade dos serviços. Sendo que o plano individualizado de assistência pessoal é aprovado por deliberação do conselho diretivo do INR, este deverá deter estes dados. É também importante recolher dados para abrangidos e não abrangidos do MAVI, sobre outros programas similares que poderão estar envolvidos.

Por último, devem também ser utilizados indicadores recolhidos no módulo específico do MAVI do PI14.

---

<sup>4</sup>Em Portugal, a Segurança Social mantém registos de pessoas que têm um grau de incapacidade reconhecido oficialmente, como aqueles constantes no atestado médico de incapacidade multiuso ou no cartão de deficiente das Forças Armadas. Estes documentos são emitidos após uma avaliação realizada por uma junta médica que determina o grau de incapacidade de uma pessoa, baseando-se em critérios bem definidos. Normalmente, quando uma pessoa é avaliada e reconhecida como tendo um certo grau de incapacidade, essa informação é registada em sistemas de informação da Segurança Social. Isto permite à pessoa aceder a diversos benefícios e apoios sociais destinados a pessoas com deficiência. Quando uma pessoa é avaliada pela junta médica para determinar o seu grau de incapacidade, este é atribuído em forma de percentagem. Este número, ou percentagem, reflete o nível de incapacidade da pessoa e é usado para determinar o acesso a diferentes tipos de benefícios, apoios sociais, ou isenções fiscais. Arrumar: O utente pode ainda juntar consentimento informado autorizando a comunicação da incapacidade atribuída no atestado médico de incapacidade multiuso (AMIM) à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e ao Instituto de Informática, I.P. (II, I.P.) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). Ou seja, parte é automaticamente comunicado à segurança social.



## 4.2.2 Construção da Amostra

A amostra a ser construída irá depender largamente de quais os dados que conseguem ser obtidos para este estudo. Nesta secção, iremos mencionar o caso para uma amostra com periodicidade mensal. No entanto, toda a metodologia é adaptável a uma periodicidade anual, sendo a escolha sujeita à existência de dados com as determinadas periodicidades.

Os dados deverão ser ligados ao nível do indivíduo  $i$  e no tempo  $t$ . Ou seja, cada combinação de  $i$  e  $t$  tem apenas uma observação. Os indivíduos  $i$ , serão idealmente qualquer indivíduo que tenha tido em algum uma incapacidade que o tornasse elegível para o programa, sendo esta a primeira restrição nestes dados .

A segunda restrição será sobre os dados que sejam possíveis de obter. Para o contrafactual, serão necessários indivíduos com incapacidade que não beneficiaram do programa MAVI. Desta forma, só será possível manter indivíduos incapacitados para os quais haja acesso aos mesmos dados sobre os não participantes. Por exemplo, se para não participantes só for possível saber o critério incapacidade multiuso e não a deficiência intelectual, só deverão ser mantidos na amostra indivíduos com atestado de incapacidade multiuso.

## 4.2.3 Criação do contrafactual

O objetivo é comparar pessoas com incapacidade que participam no programa a pessoas com incapacidade que não participam, apesar de serem elegíveis. Logo, os avaliadores terão de garantir que há *parallel trends*. Para melhorar a hipóteses de estas se verificarem, sugerimos o seguinte método de *Propensity Score Matching*.

Cada pessoa tratada deverá ser matched com uma pessoa não tratada e presente na amostra que tenha a propensidade mais próxima naquele mês  $t$ , que deve ser  $t = -12$  (um ano antes de começar o tratamento). Ou seja, um *propensity score matching* to *nearest neighbor* com uma restrição temporal de  $t$ .

Portanto, o primeiro passo será criar uma amostra que contenha todos dados para os meses (ou ano)  $t$  para os indivíduos não tratados e os tratados apenas para  $t = -12$ .

O segundo passo é estimar um modelo logit nessa amostra auxiliar:

$$\log \left( \frac{\Pr(D_i = 1 | \mathbf{X}, \tau_t)}{\Pr(D_i = 0 | \mathbf{X}, \tau_t)} \right) = \mathbf{X}\boldsymbol{\beta} + \tau_t + \boldsymbol{\varepsilon}$$

onde  $D_i$  indica o tratamento (beneficiários do MAVI),  $\mathbf{X}$  é uma matriz de variáveis observáveis como idade, rendimentos, estado de emprego, entre outros que sejam obtidos e  $\tau_t$  são efeitos fixos temporais. Por último,  $\varepsilon$  é um vetor de resíduos.

O terceiro passo será juntar cada pessoa tratada a observação com a propensidade mais próxima (*propensity score matching* com *nearest neighbor* e sem reposição).

Por último, o quarto passo consiste em manter apenas os indivíduos de controlo que têm um *match* e extrapolar a variável  $t$  do individuo tratado para o seu controlo correspondente, criando um painel de dados. Caso existam observações suficientes, os avaliadores também poderão restringir os dados a um painel *balanced*, ou seja cada unidade observacional tem o mesmo número de observações ao longo do tempo. Logo, a amostra a utilizar na próxima secção será a *matched sample*.

Nas variáveis independentes, para garantir uma razoável comparabilidade deverão ser utilizadas as variáveis dos dados demográficos, mas se se quiser ir mais longe também poderiam ser adicionadas as variáveis de medidas de autonomia. Esta regressão, aplicada a dados para os participantes do MAVI combinados com um dos universos de controlo, resultam num dataset final com os dados necessários para as seguintes repressões utilizadas para responder às questões pedidas. Esta primeira regressão deverá ser feita para o momento inicial.

#### 4.2.4 Metodologia

Para responder a estas questões deverá ser utilizado os dados do *matched sample*. A variável independente  $Y_{i,t}$ , poderá ser uma variedade de opções, por exemplo nível de educação, rendimento do agregado logaritmo do salário, ou outra variável demográfica (ou de grau de autonomia) que serão uma aproximação para a adequação do programa por refletirem, por exemplo, evolução na integração social.

É então proposta uma metodologia *Difference in Difference* que compare os indivíduos na *matched sample* que tiveram tratamento a individuos comparáveis sem o tratamento.

$$y_{jt} = \alpha_i + \tau_t + \sum_{k \neq -1}^{b_j} \beta_k [D_i \times \mathbf{1}\{t = k\}] + \mathbf{X}\boldsymbol{\theta} + \varepsilon_{jt} \quad (7)$$

onde  $Y_{i,t}$  é uma medida de resultado para o indivíduo  $i$  no ano  $t$ ,  $D_i$  uma variável indicadora que recebe o valor 1 se o indivíduo  $i$  participou do programa MAVI e 0 caso contrário,  $\alpha_i$  são efeitos fixos de cada indivíduos e  $\tau_t$  são efeitos fixos do tempo.  $\mathbf{X}$  é uma matriz de variáveis de controle para o indivíduo  $i$ , incluindo características demográficas

e outras variáveis relevantes e  $\varepsilon_i$  é o termo de erro aleatório para o indivíduo  $j$  no tempo  $t$ .

#### 4.2.5 Interpretação

Os coeficientes  $\beta_k$  capturam o impacto do programa MAVI comparado ao período  $t = -1$ , que representa o último ano/mês antes de iniciar o tratamento. Quando  $k < 0$ , os valores de  $\beta$  medem as tendências prévias à participação no programa (pre-trends). Idealmente, esses coeficientes deveriam ser estatisticamente insignificantes ou próximos de zero, indicando que não havia tendências significativas que pudessem influenciar os resultados antes do início do programa.

Quando  $k \geq 0$ , os coeficientes  $\beta$  refletem o efeito do tratamento  $t$  anos após o início da participação no programa. Isso nos permite avaliar como a intervenção do MAVI afeta os participantes ao longo do tempo, desde o início até anos subsequentes.

A interpretação dos resultados obtidos através do modelo Difference in Difference (DiD) aplicado aos dados do matched sample é crucial para compreender o impacto real do MAVI nos participantes. Os coeficientes estimados (os  $\beta$ 's no modelo) refletem o efeito causal da participação no programa sobre as variáveis de interesse, tais como nível de educação, rendimento, grau de autonomia, entre outras. Logo, os  $\beta$ 's capturam, o efeito *within* indivíduos de participarem no programa  $t$  meses depois de começarem a receber as ajudas.

#### 4.2.6 Análise de longo prazo

Esta análise é extensível ao longo do tempo, desde que continuem a existir e sendo recolhidos os dados relevantes. Mesmo que os dados sejam anuais, é possível retirar conclusões para a pergunta, desde que o universo temporal seja, pelo menos  $t \in [-2, 5]$ . Esta abrangência temporal é suficiente para avaliar as tendências de longo prazo e os impactos sustentados do programa.

### 4.3 QA3: Há uma Interação Positiva as Modalidades?

Em que medida as diferentes intervenções no âmbito da política ou políticas em questão, orientadas para objetivos específicos e comuns, interagem e funcionam?

Um problema da metodologia anterior, da questão QA8 e QA9, é que é impossível averiguar com contrafactual estas interações pois toda a vantagem de certas modalidades, como é constante ao nível do indivíduo, é capturado pelo efeito fixo  $\alpha_i$  da Equação 7. Assim, para esta questão será adotada outra metodologia explicada abaixo.

Esta secção não sugere uma metodologia para uma análise custo benefício, mas sim apenas para o benefício por modalidade.

### 4.3.1 Metodologia

Tendo sido divididos os apoios da política em quatro modalidades, chamemos-lhes a, b, c, d, existem 15 combinações possíveis de interação das modalidades:

- Ter apoios que se integram em apenas uma das modalidades: 4 combinações;
- Ter apoios que se integram em duas das modalidades: 6 combinações;
- Ter apoios que se integram em três das modalidades: 4 combinações;
- Ter apoios que se integram em todas as modalidades: 1 combinação;

Logo, uma primeira estratégia simples é realizar uma análise de heterogeneidade, apenas estimando o modelo dividindo por cada combinação de modalidade e avaliar as interações entre os vários tipos de apoios.

No entanto, seriam muitos coeficientes não é claro que exista *power* e tamanho de amostra para realizar essa análise. Logo, é proposto o seguinte:

$$\hat{\alpha}_i + \hat{\varepsilon}_{it} = \theta_{a,b,c,d}|After = 0 + \theta_{a,b,c,d}|After = 1 + u_{it} \quad (8)$$

onde  $\hat{\alpha}_i$  são os efeitos fixos provenientes da estimação da Equação 7,  $\theta_{a,b,c,d}$  são efeitos fixos as estimar para cada combinação de modalidade e  $u_i$  são os resíduos. A equação divide  $\theta_{a,b,c,d}$  em dois, estimando o dobro dos FE. Há os efeitos fixos da modalidade antes e depois da intervenção.

Isto porque não queremos que resultados piores em  $y_{it}$ , que levaram a uma intervenção com mais modalidades, leve a uma subestimação dos efeitos fixos da modalidade.

### 4.3.2 Interpretação

Os efeitos fixos do indivíduo  $\hat{\alpha}_i$  contêm a média condicional, do resultado  $y_i$ . E o  $\hat{\varepsilon}_{it}$  contêm a parte de  $y_{it}$  que não é explicada por nenhuma variável da Equação 7.

Logo, se uma certa modalidade mostrar resultados melhores que as outras, após tratamento,  $\alpha_i + \hat{\varepsilon}_{it}$  subirá. Este é o facto na qual esta estratégia de identificação se baseia.

Os efeitos fixos  $\theta_{a,b,c,d}|After = 1$  devem ser recuperados da Equação 8 para serem estudados. Mas a sua interpretação não é direta. Deve-se interpretar  $\theta_{a,b,c,d}$  de forma comparativa uns aos outros.

É normal que os efeitos fixos das interações vejam impactos maiores. A questão é quão maiores e quais as combinações que levam a melhores resultados.

## 4.4 QA4: Quais os canais que Causaram uma Interação Positiva entre as Modalidades?

Como é que as ações causaram esses resultados?

Para responder à questão sugerimos uma análise descritiva que tem como base as respostas de um questionário destinado aos beneficiários do programa MAVI, focando essencialmente nos vários canais de impacto.

Neste contexto, o questionário abordando diversos aspectos das intervenções, como cuidados pessoais, assistência doméstica, saúde, mobilidade, educação, desenvolvimento profissional, integração social e participação cívica, dentro das categorias propostas. As perguntas são desenhadas para avaliar a percepção dos beneficiários sobre o impacto de cada componente, a sua relevância para as necessidades individuais e a forma como as diferentes intervenções se complementam.

### 4.4.1 Dados

No seguimento do protejo MAVI, deverá ter sido recolhido um questionário detalhado sobre cada indivíduo beneficiário. Neste são encontradas várias métricas, segundo a escala de Likert, que quantificam as respostas a várias questões. Neste sentido, existe uma secção com maior relevância para esta questão, onde existem perguntas para avaliar o grau de importância e o grau de dificuldade que o inquirido percebe em determinadas sub atividades que em conjunto caracterizam as 4 categorias definidas inicialmente.

#### 4.4.2 Estatísticas Descritivas.

Propomos um tipo de análise mais descritiva usando os questionário e os efeitos fixos  $\theta_{a,b,c,d}|After = 1$ .

Em primeiro lugar, devem ser feitas médias de todas as questões da Parte A do questionário para as 15 combinações possíveis das modalidades do MAVI. Obviamente, combinações que não contemplam uma certa modalidade não podem conter médias desta. Ou seja, haverá médias deixadas em branco.

Em segundo lugar, os avaliadores devem juntar esta informação das médias de cada pergunta da Parte 2 do questionário com os efeitos fixos  $\theta_{a,b,c,d}|After = 1$ .

Em terceiro lugar, para cada média deve ser calculados intervalos de confiança. Por causa da sua natureza *bounded*, não é recomendado fazer *t-tests*, porque existe a possibilidade do intervalo de confiança sair do limite  $[0, 5]$ . Portanto, obter esses intervalos de confiança via *bootstrap* é o mais apropriado e conservador (ver Horowitz (2001) para pormenores).

Por último, o investigador deve procurar por combinações que prestem claras diferenças nos resultados (ou seja, existir diferenças nos efeitos fixos  $\theta_{a,b,c,d}|After = 1$ ) e procurar diferenças estatisticamente significantes nas respostas do questionário entre o sem combinação e com combinação.

Por exemplo, imaginemos que a combinação da modalidade a e b apresenta um efeito fixo bastante superior ao de aplicar a modalidade a e b separadamente. Nesse caso, o investigador deve ver quais dos canais, pelas respostas do questionário, teve uma mudança significante comparativamente à modalidade a e b separadas.

Assim, consegue-se, de uma forma descritiva, tirar conclusões informadas dos mecanismos que interagem de forma eficaz.

## Bibliografia

- Abadie, Alberto, Susan Athey, Guido W Imbens, e Jeffrey M Wooldridge. 2023. «When should you adjust standard errors for clustering?» *The Quarterly Journal of Economics* 138 (1): 1–35.
- Abadie, Alberto, e Guido W Imbens. 2016. «Matching on the estimated propensity score». *Econometrica* 84 (2): 781–807.
- Abowd, John M, Francis Kramarz, e David N Margolis. 1999. «High wage workers and high wage firms». *Econometrica* 67 (2): 251–333.
- Cahuc, Pierre, Stéphane Carcillo, e Thomas Le Barbanchon. 2019. «The effectiveness of hiring credits». *The Review of Economic Studies* 86 (2): 593–626.
- Callaway, Brantly, e Pedro HC Sant’Anna. 2021. «Difference-in-differences with multiple time periods». *Journal of econometrics* 225 (2): 200–230.
- Corrado, Charles J. 2011. «Event studies: A methodology review». *Accounting & Finance* 51 (1): 207–34.
- Crépon, Bruno, Esther Dufo, Marc Gurgand, Roland Rathelot, e Philippe Zamora. 2013. «Do labor market policies have displacement effects? Evidence from a clustered randomized experiment». *The quarterly journal of economics* 128 (2): 531–80.
- Duarte, Nuno, Andrea Geraci, Silvia Granato, Gianluca Mazzarella, Maria João Mortágua, et al. 2020. «The evaluation of the youth employment initiative in Portugal using counterfactual impact evaluation methods».
- Dube, Arindrajit, T William Lester, e Michael Reich. 2010. «Minimum wage effects across state borders: Estimates using contiguous counties». *The review of economics and statistics* 92 (4): 945–64.
- Hahn, Jinyong, Petra Todd, e Wilbert Van der Klaauw. 2001. «Identification and estimation of treatment effects with a regression-discontinuity design». *Econometrica* 69 (1): 201–9.
- Heckman, James J, Lance Lochner, e Ricardo Cossa. 2002. «Learning-by-doing vs. on-the-job training: Using variation induced by the EITC to distinguish between models of skill formation». National Bureau of Economic Research Cambridge, Mass., USA.
- Horowitz, Joel L. 2001. «The bootstrap». Em *Handbook of econometrics*, 5:3159–3228. Elsevier.
- Martin, John P, e David Grubb. 2001. «What Works and for Whom: A Review of OECD Countries’ experiences with active labour market policies». *Swedish economic policy review* 8 (2): 9–56.
- Neumark, David, e Diego Grijalva. 2017. «The employment effects of state hiring credits». *ILR Review* 70 (5): 1111–45.
- Olden, Andreas, e Jarle Møen. 2022. «The triple difference estimator». *The Econometrics Journal* 25 (3): 531–53.

- Pereira, Catarina, Rui Godinho, Ana Simões, et al. 2021. «Avaliação do Impacto da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)». Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Roth, Jonathan, Pedro HC Sant'Anna, Alyssa Bilinski, e John Poe. 2023. «What's trending in difference-in-differences? A synthesis of the recent econometrics literature». *Journal of Econometrics*.
- Saez, Emmanuel, Benjamin Schoefer, e David Seim. 2021. «Hysteresis from employer subsidies». *Journal of Public Economics* 200: 104459.



# Anexo PI11

## Glossário

### **Efeitos Fixos**

A designação de um modelo com "efeitos fixos" refere-se a um modelo que incorpora variáveis não observáveis entre unidades individuais de observação, como empresas, países ou indivíduos, que são constantes ao longo do tempo. Poderíamos descrever o efeito fixo como uma técnica que leva em consideração as diferenças constantes entre as unidades de observação ao longo do tempo. Isso é feito através da inclusão de variáveis "dummy" ou com técnicas estatísticas mais computacionalmente eficientes.

O objetivo é obter estimativas de um certo tratamento não enviesadas por fatores constantes, tanto observáveis como não observáveis, de um trabalhador/empresa/país.

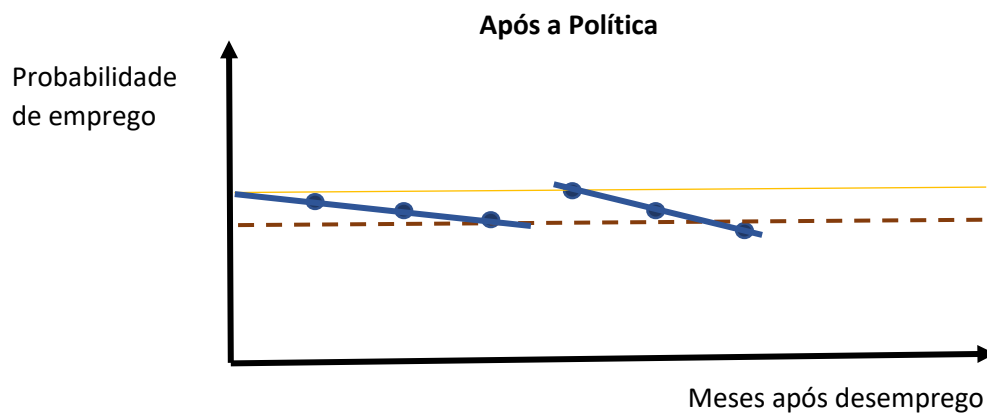
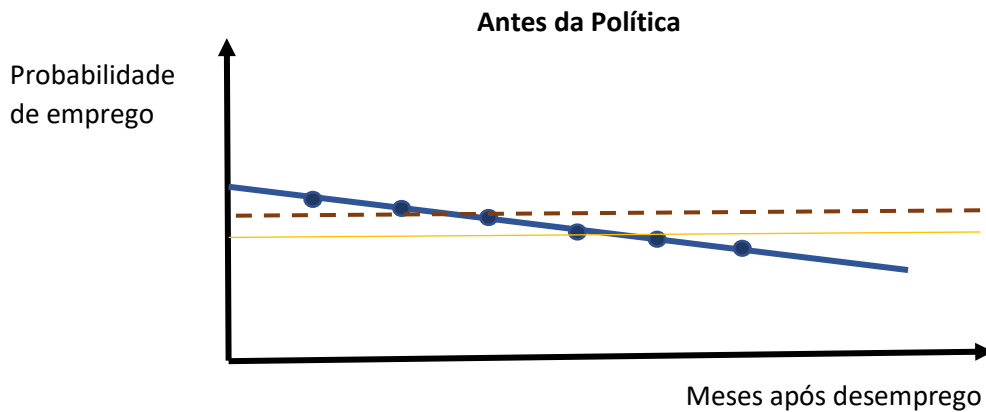
Na prática, significa que os efeitos de uma certa política são estimados a partir de variação dentro de cada empresa/trabalhador (a unidade do efeito fixo).

### **Margem Intensiva vs. Extensiva**

A distinção entre margem extensiva e intensiva utilizada na análise económica para descrever diferentes formas de crescimento:

1. Margem Extensiva: Refere-se ao crescimento ou mudança que ocorre através da expansão da quantidade de fatores utilizados. Por exemplo, no caso de políticas públicas, seria medir quais os efeitos que provêm da existência de um apoio (conceito aplicado no programa +CO3SO).
2. Margem Intensiva: Refere-se ao crescimento ou mudança que ocorre através do aumento na utilização dos fatores já existentes. Por exemplo, no caso de políticas públicas, seria medir quais os efeitos que provêm de um aumento dos apoios dados às mesmas empresas ou indivíduos.

# Visualização do Efeito Causal do MCES



Legenda: As bolas azuis das figuras representam um exemplo de visualização da probabilidade de emprego por mês após desemprego. A linha tracejada marca a probabilidade de emprego no mês antes da elegibilidade para o programa. A linha amarela marca a probabilidade de emprego após a elegibilidade para o programa. Logo, na primeira figura vemos uma diminuição da probabilidade de emprego: a progressão esperada. No entanto, na segunda figura está representado um cenário em que o programa tem um efeito tão forte que a probabilidade de emprego no mês diretamente após passa a do mês anterior. A diferença entre estas diferenças das linhas é o efeito causal da política.

# PI13: Lista de indicadores e respectivas fontes de informação

## MCES: Variáveis Dependentes e de *Matching*

A tabela que se segue contém uma lista das variáveis a ser utilizadas nesta proposta metodológica, decompostas por tipo.

Destino	Variável / Tipo de Variável	Fonte / Base de Dados
Variável dependente	Rendimento (rendimento ao nível do indivíduo); Se o objetivo é analisar o impacto no rendimento das pessoas, deve-se usar de fato o rendimento. Ou seja, as transferências como o subsídio de desemprego devem ser contabilizadas.	Microdados da Segurança Social
	Emprego (estado laboral ao nível do indivíduo). Variável binária que toma valor 1 caso o indivíduo esteja empregado no período da observação e 0, caso contrário.	Microdados da Segurança Social
	Salário (rendimento por indivíduo proveniente do trabalho)	Microdados da Segurança Social
Variáveis independentes utilizadas ( <i>matching</i> )	Todas as variáveis dependentes anteriores devem ser utilizadas no <i>matching</i> .	Já supramencionadas.

Destino	Variável / Tipo de Variável	Fonte / Base de Dados
	Montante dos investimentos realizados, Gastos com o pessoal, Atividade principal da empresa, Volume de negócios, Localização da empresa (NUTS III ou concelho)	Sistema de Contas Integradas da Empresa.
	Tipo de trabalho (conta de outrem, desempregado, etc.)	Microdados da Segurança Social / Microdados do IEFP
	Características demográficas do indivíduo	Microdados da Segurança Social / Microdados do IEFP
	Status subsídio. Variável binária que toma valor 1 caso o indivíduo seja abrangido pelo subsídio no período da observação e 0, caso contrário.	Dados administrativos MCES / Microdados IEFP
Construção da amostra	Código identificador do indivíduo (ID do indivíduo)	Microdados da Segurança Social
	Código identificador da empresa (ID da empresa)	Microdados da Segurança Social/Sistema de Contas Integradas da Empresa
	Candidaturas (Lista de empresas que se candidataram ao programa)	Dados administrativos MCES
	Candidaturas rejeitadas e motivo	Dados administrativos MCES

Para a construção da amostra, são necessárias 3 fontes distintas:

1. Dados da Segurança Social com informação ao nível do trabalhador sobre os salários e respetivo estado de emprego dos trabalhadores portugueses. Estes dados devem também conter ter um ID da empresa.
2. Dados financeiros ao nível da firma. Esta informação existe ao nível anual na base de dados do INE Sistema de Contas Integradas das Empresas. Ter também a localização da firma.
3. Informação proveniente do programa MCES sobre:
  - Todas as empresas e trabalhadores que se candidatam;

- Quais as candidaturas que foram aceites no programa e respetivos pormenores, como as datas de começo e término, a existência de majorações e, caso existam, qual a razão;
- Caso a candidatura seja recusada, qual o motivo de recusa.

### **Dados do IEFP**

O Instituto de Emprego e Formação Profissional tem uma base de dados organizada com todas as pessoas que alguma vez têm de se inscrever no instituto. A inscrição pode ter vários motivos. Pode ser uma candidatura a um programa ou qualquer indivíduo que queira receber subsídio de desemprego.

Os dados contemplam várias variáveis sobre o programa, a sua duração, respetivas datas. Além disso, contempla também informações sobre a localização, com granularidade máxima quanto ao município. Mas também apresenta informação ao nível individual, como idade, género, nível de educação, entre outros.

### **Dados Segurança Social**

O IEFP e a Segurança Social têm um protocolo que visa munir os avaliadores dos dados necessários para conclusões realistas e quantitativas. Este protocolo consiste na Segurança Social providenciar dados ao IEFP, com periodicidade mensal, das seguintes variáveis: - Remuneração - Tipo de trabalho (conta de outrem, desempregado, etc.) - CAE da empresa - Localização do estabelecimento, com granularidade máxima de municípios.

Apesar de nunca ter sido providenciada, foi nos comunicado em reunião com o IEFP que seria possível obter o *NPC\_FIC* da empresa (um indicador anónimo da empresa) e quanto à ocupação, mesmo que com pouca granularidade. A Segurança Social apenas dispensa dados relativos a trabalhadores cujo NIF seja indicado pelo IEFP. Isto é, o IEFP envia um conjunto de NIFs e obter os dados meramente referentes a estas pessoas. Isto significa que os NIFs têm de existir nos sistemas de informação do IEFP. Ou seja, tanto nestas como noutras análises, é imperativo que não sejam sugeridas metodologias que envolvam indivíduos que nunca “passaram” pelo IEFP.

## **+CO3SO: Variáveis Dependentes e de *Matching***

Para a construção da amostra, são necessárias 3 fontes distintas:

1. Dados da Segurança Social com informação ao nível do trabalhador sobre os salários e respetivo estado de emprego dos trabalhadores portugueses. Estes dados devem também conter um ID da firma.
2. Dados financeiros ao nível da firma. Esta informação existe ao nível anual na base de dados do INE Sistema de Contas Integradas das Empresas.
3. Informação sobre o programa +CO3SO Emprego:
  - Todas as empresas que se candidatam;
  - 3. Quais as empresas que foram aceites no programa e respetivos pormenores, nomeadamente a duração do apoio, as datas de começo e fim, quantos trabalhadores foram financiados, qual a modalidade do +CO3SO Emprego, entre outros;
    - Caso a empresa seja recusada, qual o motivo de recusa;
    - Trabalhadores cujo emprego é financiado por esta política;
    - Ter também a localização da firma.

Inserimos a localização da firma em último lugar, mas na verdade poderá vir de qualquer uma destas fontes. Geralmente, tanto a Segurança Social como o resto das instituições dão a informação da localização, no máximo, ao nível do concelho e não da freguesia. Esse é o cenário que iremos assumir.

A tabela que se segue apresenta uma lista detalhada das variáveis e indicadores relevantes para esta proposta metodológica. Esta tabela contém as variáveis a ser utilizadas na análise ao nível da empresa e ao nível do trabalhador.

<b>Destino</b>	<b>Variável / Tipo de Variável</b>	<b>Fonte / Base de Dados</b>
Variável dependente	Salário médio	Quadros de Pessoal ou Sistema de Contas Integradas da Empresa (gastos com pessoal)
	Emprego	Quadros de Pessoal (contar o número de trabalhadores empregados por empresa) ou Sistema de Contas Integradas da Empresa (número de trabalhadores) ou Segurança Social (contar o número de trabalhadores empregados por empresa)

Destino	Variável / Tipo de Variável	Fonte / Base de Dados
	Dados financeiros da empresa (Podem ser Valor Acrescentado Bruto, Volume de negócios, custos totais, entre outros.)	Sistema de Contas Integradas da Empresa.
	Medida de produtividade (“valor acrescentado por trabalhador” - média de VA por trabalhador; onde VA = Produção - Custos Intermédios.)	Sistema de Contas Integradas da Empresa. As variáveis produção e consumo intermédio são calculadas pelo INE.
Variáveis independentes (e utilizadas no <i>matching</i> )	Todas as variáveis dependentes anteriores devem ser utilizadas no <i>matching</i> ( todas as observações para o <i>matching</i> devem anteceder a atribuição dos fundos. Ou seja, dever ser utilizadas observações realizadas 1 ou 2 anos antes do tratamento/candidatura. )	Já supramencionadas.
	Montante dos investimentos realizados, Gastos com o pessoal, Atividade principal da empresa, Volume de negócios, Localização da empresa (NUTS III ou concelho)	Sistema de Contas Integradas da Empresa.
	Status subsídio. Variável binária que toma valor 1 caso o indivíduo seja abrangido pelo subsídio no período da observação e 0, caso contrário.	Dados administrativos +COESO
Construção amostra	da Código identificador do indivíduo (ID do indivíduo) - utilização para a análise ao nível do trabalhador	Microdados da Segurança Social

<b>Destino</b>	<b>Variável / Tipo de Variável</b>	<b>Fonte / Base de Dados</b>
	Código identificador da empresa (ID da empresa)	Microdados da Segurança Social/Sistema de Contas Integradas da Empresa
	Candidaturas (Lista de empresas que se candidataram ao programa)	Dados administrativos +COESO
	Quantos trabalhadores foram financiados	Dados administrativos +COESO
	Modalidade do programa	Dados administrativos +COESO
	Candidaturas rejeitadas e motivo	Dados administrativos +COESO
	Densidade populacional por concelho	Instituto Nacional de Estatística

## **CLDS: Variáveis Dependentes e de construção da amostra**

### **Ao nível do município**

Para a construção da amostra a utilizar, são necessárias as seguintes fontes de dados:

1. Informação sobre o programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS):
  - Todos os concelhos considerados para receber o apoio; - Quais os concelhos que foram selecionadas para receber o apoio, e quais não foram selecionados; - Dados relativos às entidades aceites no programa e respetivos pormenores, nomeadamente a duração do apoio, as datas de começo e fim, quantas entidades foram financiadas, qual a dimensão dos fundos atribuídos, entre outros.
2. Dados sobre os indicadores que determinam a elegibilidade de um concelho para participar no programa CLDS:
  - Dados sobre o número de desempregados registados, disponíveis na base de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);
  - Dados demográficos de cada concelho, disponíveis na base de dados do INE Estatísticas demográficas;
  - Dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS), relativos ao número de beneficiários do apoio social Garantia para a Infância;
  - Dados sobre o número de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA).



## Ao nível individual

O maior desafio para a metodologia ao nível individual, de um ponto de vista dos dados, é a identificação de um indivíduo tratado e a respetiva modalidade e eixo. Isto é, parte dos dados sejam recolhidos pelo IEFP, mas outros serão recolhidos por outras instituições.

Em suma, para uma identificação limpa do grupo tratado é necessário identificar o eixo em que se insere, a modalidade e tem de existir também uma indicação de que aquele indivíduo está a ser tratado devido a uma articulação proveniente de um CLDS.

Na próxima tabela são apresentadas as variáveis e indicadores relevantes para esta proposta metodológica, organizadas por tipo e finalidade na metodologia.

<b>Destino</b>	<b>Variável / Tipo de Variável</b>	<b>Fonte / Base de Dados</b>
Variável dependente	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por concelho	Dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS)
	Pobreza ou taxa de Risco de Pobreza por concelho	INE
	Rendimento (rendimento por indivíduo). Caso o indivíduo ainda seja menor, poderá ser utilizado o rendimento do agregado familiar.	Microdados da Segurança Social
	Emprego. Variável binária onde 1 é atribuído a indivíduos empregados e 0 caso contrário.	Microdados da Segurança Social
Construção amostra da	Concelhos passíveis de receber apoio	Dados administrativos do programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)
	Concelhos selecionados para receber apoio	Dados administrativos do programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

<b>Destino</b>	<b>Variável / Tipo de Variável</b>	<b>Fonte / Base de Dados</b>
	Entidades aceites no programa e dados relativos à participação no programa (duração do apoio, as datas de começo e fim, quantas entidades foram financiadas, qual a dimensão dos fundos atribuídos)	Dados administrativos do programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)
	Número de desempregados registados por concelho	Base de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
	Dados demográficos de cada concelho	Base de dados do INE Estatísticas demográficas
	Número de beneficiários do apoio social Garantia para a Infância por concelho	Dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS)
	Dados sobre o número de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA)

## **MAVI: Variáveis Dependentes e de construção da amostra**

Como variáveis dependentes para a metodologia proposta, podem ser usadas as seguintes variáveis:

Destino	Variável / Tipo de Variável	Fonte / Base de Dados
Variável dependente	Rendimento	Segurança Social (rendimento por indivíduo). Caso o indivíduo ainda seja menor, poderá ser utilizado o rendimento do agregado familiar.
	Emprego. Variável binária onde 1 é atribuído a indivíduos empregados e 0 caso contrário.	Segurança Social (estado laboral).
	Variáveis Estabilidade no Emprego, Duração do desemprego, Emprego Remunerado no Último Mês	Variáveis recolhidas no módulo 3 do questionário final proposto.

Para a construção da base de dados necessária ao estudo dos impactos de programas de apoio a indivíduos com deficiências, é essencial integrar informações provenientes de duas entidades principais: a Segurança Social e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR).

**Dados da Segurança Social:** Incluirão informações detalhadas ao nível do indivíduo, como salários, estado de emprego e um identificador da empresa. Adicionalmente, será possível obter uma variável que indica se os indivíduos possuem um atestado médico de incapacidade multiuso, ou se têm uma deficiência intelectual, doença mental ou autismo. A Segurança Social deverá também fornecer dados demográficos abrangentes, incluindo idade, género, nível de educação, condição de emprego (tipo, horas trabalhadas, estabilidade), tipo e grau de deficiência, composição familiar, área de residência e rendimento do agregado familiar. Contudo, poderá haver dificuldades na obtenção de algumas destas variáveis, o que exigirá complementar a informação com dados do INR.

**Dados do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR):** O INR poderá fornecer dados adicionais, incluindo medidas de autonomia para alguns participantes. Além disso, como os planos individualizados de assistência pessoal são aprovados pelo conselho directivo do INR, esta entidade deverá possuir informações relevantes sobre os participantes e os serviços prestados.

**Dados do Programa MAVI:** Será necessário recolher informações específicas sobre este programa, incluindo datas de início e término do envolvimento dos participantes, tipos de apoio recebido, duração e intensidade do apoio, e avaliações da qualidade e utilidade dos serviços prestados. Importa também recolher dados comparativos entre

indivíduos abrangidos pelo MAVI e aqueles não abrangidos, incluindo informações sobre a sua participação em outros programas semelhantes.

**Implementação de Recolha de Dados:** Existem variáveis adicionais, listadas numa tabela anteriormente referida, cuja coleta ainda necessita de ser implementada. A periodicidade dessa coleta deve permitir a obtenção de pelo menos uma resposta antes e uma depois da inserção do indivíduo no programa MAVI. Se possível, uma recolha mais regular seria benéfica para acompanhar o mesmo indivíduo ao longo de mais observações, maximizando assim a compreensão dos impactos a longo prazo dos programas de apoio.

Na tabela que se segue apresentamos a lista de indicadores e variáveis que são originadas pelo questionário modular presente no PI14. No Módulo 1 - Condições de vida - são coletados os seguintes indicadores:

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Estabilidade no Emprego	Mede a permanência em meses no emprego atual, útil para avaliar a durabilidade das colocações de emprego e a estabilidade ocupacional dos indivíduos.	1.1
Duração do Desemprego	Indica o número de meses que o respondente está desempregado, refletindo a dificuldade de reingresso no mercado de trabalho e a persistência do desemprego entre os indivíduos.	1.2
Rendimento Mensal Líquido	Mede o valor do salário ou rendimento após descontos e impostos, fornecendo informações sobre o nível de remuneração e capacidade económica do indivíduo.	3
Nível de Educação Elevado	Indica a maior qualificação académica alcançada pelo indivíduo	4
Ano de Conclusão de Educação Mais Elevado	Indica o ano em que o indivíduo completou a sua formação académica mais avançada	5

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Inscrição em Programas Educativos	Indica se o indivíduo está atualmente inscrito nalgum tipo de programa educativo	6
Experiência Profissional Acumulada	Mede o número total de anos de experiência de trabalho do indivíduo, excluindo períodos de desemprego e inatividade	7
Gênero	Identifica o gênero do indivíduo	8
Idade	Calculada a partir da data de nascimento	9
Estado Civil	Identifica a situação conjugal do indivíduo	10
Nacionalidade	Nacionalidade do indivíduo	12
Emprego Remunerado no Último Mês	Indica se o indivíduo teve ou não trabalho remunerado no mês anterior	A1
Motivo do Afastamento do Trabalho	Identifica a razão pela qual o indivíduo esteve afastado do trabalho, caso não tenha trabalhado no mês anterior	A1.1
Remuneração Líquida Mensal	Indica o valor recebido pelo indivíduo no último mês após descontos e impostos	A2
Fontes de Rendimento	Indica se a remuneração do indivíduo provém de dois ou mais empregos	A3
Distribuição do Rendimento por Emprego	Parcela do rendimento recebida de cada emprego	A4
Trabalho Remunerado nos Últimos 12 Meses	Indica se o indivíduo teve algum tipo de trabalho remunerado durante o ano anterior	A5
Meses de Trabalho no Último Ano	Quantifica o número de meses que o indivíduo esteve empregado durante o último ano	A6
Número de Empregos Diferentes	Indica quantos trabalhos distintos o indivíduo teve durante o último ano	A7

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Remuneração Bruta Total	Mede o total de rendimentos brutos recebidos pelo indivíduo de todos os empregos durante o último ano	A8
Empregos Simultâneos	Indica se o indivíduo manteve dois ou mais empregos ao mesmo tempo em algum momento nos últimos 12 meses	A9
Rendimento Mensal Habitual por Fonte	Montante que normalmente recebe por mês de cada fonte de rendimento	A10
Tamanho do Agregado Familiar	Indica o número de pessoas que compõem o agregado familiar do indivíduo	B11
Rendimento Mensal do Agregado Familiar	Refere-se ao montante total de rendimento recebido mensalmente por todos os membros do agregado familiar	B12
Despesas Mensais do Agregado Familiar	Despesas regulares do agregado familiar por tipo	B13
Situação Habitacional	Status de propriedade da habitação principal do indivíduo	C15
Custo Mensal da Habitação	Valor mensal da prestação ou renda associada à habitação	C15.1
Habitação Partilhada	Indica se o agregado familiar do indivíduo partilha casa com outro agregado familiar	C16
Número de Quartos na Habitação	Quantos quartos possui a habitação do indivíduo	C17
Adaptação da Habitação para Dificuldades Motoras	Indica se a habitação está adaptada para acomodar pessoas com dificuldades motoras	C18
Grau de Adaptação da Habitação	Nível de adaptação da habitação às necessidades específicas do indivíduo ou do agregado familiar	C18.1

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Condições Estruturais da Habitação	Indica se a habitação apresenta problemas como infiltrações no teto, humidade nas paredes, ou apodrecimento das janelas ou soalho	C19
Acesso a Serviços de Saúde	Questiona a avaliação do indivíduo sobre seu acesso a serviços de saúde e cuidados médicos	C20
Estado de Saúde Geral	Nível do estado de saúde do indivíduo avaliado pelo próprio	C21
Presença de Doenças Crónicas ou Problemas de Saúde Prolongados	Indica se o indivíduo sofre de alguma doença crónica ou enfrenta problemas de saúde de longa duração	C22
Impacto de Condições de Saúde nas Atividades Diárias	Indica se a doença crónica ou o problema de saúde prolongado do indivíduo afeta suas atividades diárias de acordo com o próprio	C22.1
Nível de Condiicionamento das Atividades Diárias	Grau em que a doença crónica ou problema de saúde prolongado afeta as atividades diárias do indivíduo, na perspetiva do próprio	C22.2
Frequência de Sentimentos Isolamento ou Solidão	Indica com que frequência o indivíduo se sente isolado ou só	C23
Qualidade da Alimentação e Nutrição	Mede a percepção do indivíduo sobre a qualidade da alimentação e nutrição que recebe	C24
Prática de Atividade Física	Avalia se o indivíduo realiza atividade física de forma regular	C25
Acesso a Espaços Verdes	Mede a disponibilidade e o acesso a espaços verdes e áreas para recreação e exercício físico na área de residência do indivíduo	C26

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Nível de Stress Diário	Avalia a percepção do indivíduo sobre o seu nível de stress no quotidiano	C27
Dificuldades Financeiras em Despesas de Saúde	Avalia se o indivíduo enfrentou dificuldades financeiras para cobrir despesas relacionadas com a saúde	C28
Suporte Emocional ou Psicológico	Avalia se o indivíduo recebe suporte emocional ou psicológico adequado quando necessário	C29
Qualidade e Quantidade do Sono	Mede a percepção do indivíduo sobre a qualidade e quantidade do seu sono	C30
Satisfação com o Trabalho ou Ocupação Atual	Avalia o nível de satisfação do indivíduo com seu trabalho ou ocupação atual	E31
Equilíbrio entre Trabalho e Vida Pessoal	Indica a percepção do indivíduo sobre o equilíbrio entre suas responsabilidades profissionais e sua vida pessoal	E32
Apoio no Ambiente de Trabalho	Mede a percepção do indivíduo sobre o apoio recebido de colegas de trabalho e superiores	E33
Impacto do Trabalho na Saúde Mental	Avalia como o indivíduo percebe o efeito do seu trabalho na sua saúde mental	E34
Facilidade de Desconexão do Trabalho	Mede quão fácil é para o indivíduo desligar-se das responsabilidades profissionais durante os seus períodos de descanso	E35
Experiência de Conflitos no Trabalho	Indica se o indivíduo já enfrentou situações de conflito no ambiente de trabalho	E36
Reconhecimento no Trabalho	Avalia se o indivíduo sente que recebe o reconhecimento adequado pelo seu trabalho	E37
Impacto Positivo do Trabalho na Vida Pessoal	Mede se o indivíduo percebe que o seu trabalho tem um impacto positivo na sua vida pessoal	E38



<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Detalhes do Impacto Positivo do Trabalho na Vida Pessoal	Indica as formas específicas como o trabalho do indivíduo contribui positivamente para sua vida pessoal	E38.1
Satisfação com Relacionamentos Pessoais	Mede com que frequência o indivíduo se sente satisfeito com seus relacionamentos pessoais	E39
Tempo Dedicado a Atividades de Lazer ou Hobbies	Avalia a quantidade de tempo que o indivíduo dedica semanalmente a atividades de lazer ou hobbies	E40
Capacidade Financeira do Agregado Familiar	Indica como o rendimento total do agregado familiar se adequa ao pagamento das despesas habituais	F41
Rendimento Mínimo Necessário para Despesas Habituais	Avalia qual é o montante estimado pelo indivíduo como necessário para cobrir todas as despesas habituais do seu agregado familiar	F42
Número de Refeições Diárias	Mede quantas refeições o indivíduo faz por dia	F43
Insegurança Alimentar	Avalia se, nos últimos 12 meses, houve períodos em que o indivíduo se preocupou com a possibilidade de não ter comida suficiente para comer devido à falta de dinheiro ou outros recursos	F44
Limitação na Diversidade Alimentar	Mede se, nos últimos 12 meses, o indivíduo foi forçado a consumir apenas alguns tipos de alimentos devido à falta de dinheiro ou outros recursos	F45
Privação Alimentar Extrema	Avalia se, nos últimos 12 meses, o indivíduo passou por períodos em que ficou um dia inteiro sem comer devido à falta de dinheiro ou outros recursos	F46

O módulo 3 permite obter as seguintes variáveis e indicadores:

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Deficiência	Avalia se o indivíduo possui alguma deficiência física, sensorial, cognitiva ou outra condição que possa afetar suas atividades diárias, mobilidade ou interação com o ambiente.	1
Deficiência	Indica os tipos específicos de deficiência que o indivíduo possui, caso tenha respondido afirmativamente à pergunta anterior sobre deficiência. Esses tipos podem incluir deficiência física, sensorial, cognitiva ou outras condições específicas.	1.1
Inclusão na Comunidade	Avalia o nível de inclusão do indivíduo na comunidade em que vive, medindo sua percepção de pertencimento, participação e aceitação dentro desse contexto social.	2
Acesso a Serviços de Saúde e Reabilitação	Indica se o indivíduo possui acesso adequado aos serviços de saúde e reabilitação necessários para atender às suas necessidades médicas e de reabilitação.	3
Apoio para Desafios Específicos	Avalia a percepção do indivíduo sobre a disponibilidade e eficácia do suporte disponível para lidar com desafios específicos relacionados à sua deficiência ou condição.	4
Percepção do Apoio Social	Indica como o indivíduo percebe o apoio oferecido por familiares, amigos ou cuidadores em sua vida diária.	5
Sentimento de Segurança na Comunidade	Avalia o sentimento de segurança e proteção do indivíduo dentro da sua comunidade, medindo sua percepção de segurança em relação a ameaças físicas, emocionais ou sociais.	6
Benefício de Apoio Relacionado à Deficiência	Avalia se o indivíduo recebeu ou está recebendo algum tipo de apoio específico relacionado à sua deficiência.	7

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Benefício de Apoio Relacionado à Deficiência	Indica o nome ou denominação do programa específico de apoio em que o indivíduo esteve inserido ou está atualmente participando, relacionado à sua deficiência.	7.1
Benefício de Apoio Relacionado à Deficiência	Indica se o programa de apoio ofereceu alguma modalidade ou linha de ação específica para atender às necessidades do indivíduo relacionadas à sua deficiência.	7.2
Autonomia e Independência Física	Avalia a percepção do indivíduo sobre seu próprio nível de autonomia e independência física.	8
Autonomia e Independência Física	Indica quais melhorias específicas seriam necessárias para facilitar o acesso do indivíduo aos edifícios públicos, caso ele tenha respondido afirmativamente à pergunta anterior sobre dificuldades de acesso.	8.1
Acesso a Edifícios Públicos	Avalia se o indivíduo enfrenta dificuldades para acessar edifícios públicos devido à sua deficiência física.	9
Barreiras Arquitetônicas	Avalia a percepção do indivíduo em relação às barreiras arquitetônicas presentes no ambiente em que vive.	10
Acessibilidade na Comunidade	Avalia a percepção do indivíduo sobre as acessibilidades disponíveis na comunidade onde vive.	11
Capacidade na realização de atividades básicas	Avalia a capacidade do indivíduo em realizar de forma autônoma ou com ajuda algumas atividades básicas	12
Tempo dedicado a cuidados pessoais	Mede o tempo que o indivíduo utiliza durante o seu dia para cuidados pessoais	13

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Questão</b>
Preparação para Comunicação com Pessoas com Deficiência Auditiva	Avalia se as pessoas ao redor do indivíduo estão bem preparadas para se comunicar com ele considerando sua deficiência auditiva.	14
Preparação para Comunicação com Pessoas com Deficiência Auditiva	Indica quais recursos específicos de comunicação poderiam ajudar na inclusão do indivíduo, caso ele tenha respondido negativamente à pergunta anterior sobre a preparação das pessoas para se comunicarem com sua deficiência auditiva.	14.1
Disponibilidade de Tecnologias de Assistência Auditiva	Avalia se o indivíduo considera suficiente a disponibilidade de tecnologias de assistência auditiva na sua comunidade.	15
Disponibilidade de Materiais em Formatos Acessíveis	Avalia a percepção do indivíduo sobre a disponibilidade de materiais em formatos acessíveis na sua comunidade.	16
Esforço da Comunidade para Fornecer Informações em Formatos Alternativos Acessíveis	Avalia a percepção do indivíduo sobre o esforço da sua comunidade para fornecer informações em formatos alternativos acessíveis.	17
Programas de Apoio Educacional ou de Emprego	Avalia se o indivíduo considera que existem programas de apoio educacional ou de emprego adequados para atender às suas necessidades específicas.	18
Programas de Apoio Educacional ou de Emprego	Avalia se o indivíduo sente que os programas de apoio educacional ou de emprego aos quais tem acesso são facilmente acessíveis.	18.1

# PI14: Questionário Modular

Este questionário visa a recolha de dados de forma modular por temas, repetível no tempo, codificável digitalmente e generalizável a vários programas.

Em primeiro lugar, o questionário é modular porque tem um questionário inicial geral que pode ser complementado por três módulos, de forma totalmente independente. Os módulos são os seguintes:

- Modulo 1: Condições de Vida;
- Modulo 2: Estado Psicológico;
- Modulo 3: Qualidade de vida de pessoas com deficiência.

O módulo 2 consiste numa versão alargada do teste DASS-21, para Depressão, Ansiedade e Stress, desenvolvido por Lovibond, S.H. & Lovibond, P.F. em 1995. Esta versão expandida incorpora também questões relativas à autoestima e competências sociais. O teste emprega uma escala Likert, incluindo as opções "Não sei" e "Recusa responder".

Em segundo lugar, o questionário pode ser feito ao mesmo indivíduo em várias instâncias. É recomendado que várias observações sejam retiradas sobre o mesmo indivíduo (pelo menos, duas), por forma a colmatar dois grandes problemas sobre informação reportada pelo próprio: heterogeneidade não observada e *"state dependency"* (Heckman, 1981; Honoré e Kyriazidou, 2000).

As respostas a perguntas sobre o estado de saúde são um exemplo clássico destes problemas. O estado de saúde tem uma persistência óbvia ao longo do tempo. Isso torna-o *"state dependent"*: o estado de saúde atual de um indivíduo é largamente determinado pelo seu estado de saúde no período anterior. O estado de saúde, ao ser reportado pela própria pessoa, também está sujeito a expectáveis subjetividades. Ou seja, para um indivíduo uma determinada doença pode ser considerada grave, mas outra pessoa com a mesma doença pode reportá-la como algo menor. Isto é heterogeneidade não observada.

Para ser possível controlar estes fatores, é necessário fazer modelos dinâmicos que têm em conta a heterogeneidade individual. Logo, de um ponto de vista da recolha de dados, é necessário realizar várias observações do mesmo indivíduo. A frequência com que o questionário é aplicado depende do horizonte temporal do programa em análise, de modo a idealmente captar dados sobre o estado do indivíduo antes, durante e após a intervenção. Neste sentido, cada indivíduo deve participar em pelo menos duas vagas do inquérito, que devem ser espaçadas de acordo com o horizonte temporal da política

Dentro de cada módulo existem subpartes. Por exemplo, dentro do módulo 3 (qualidade de vida de pessoas com deficiência) existem questões específicas a cada tipo de deficiência. Estas subpartes devem ser preenchidas apenas se se aplicarem ao indivíduo.

O formulário está desenhado para ser auto-preenchido e pode ser adaptado para o formato digital. No entanto, em certos casos, pode-se justificar o preenchimento por terceiros em papel. Nesses casos, o entrevistador deverá ter os seguintes cuidados:

- Deve-se assegurar o preenchimento integral dos formulários, empregando uma esferográfica de tinta azul ou negra, garantindo legibilidade.

- Os documentos requerem um manuseamento cuidadoso para evitar que se encontrem vincados, danificados ou expostos a líquidos.
- Os campos dos formulários devem ser completos com letra legível e assertiva, cumprindo os limites estabelecidos para cada secção.
- Na eventualidade de necessidade de correção em algum dado inserido, esta deve ser realizada de modo a não originar marcas ou resíduos que possam levar a equívocos na sua interpretação ou obstruir o processo de entrada de informação.
- Antes de preencher, verifique se a resposta corresponde às opções da pergunta;
- Para marcar uma resposta com escalas, coloque um X ou O na opção escolhida;
- Para números, utilize algarismos arábicos e comece a preencher da esquerda para a direita. Válido também para valores em Euros;
- Para letras:
  - preencha da esquerda para a direita, em maiúsculas, conforme modelo no cabeçalho;
  - as palavras podem quebrar de linha, mas sem espaços entre as letras da mesma palavra;
- Não use pontuação;
- Evite abreviações e, se necessário, mantenha a primeira e última palavra, abreviando apenas a(s) intermediária(s);
- Se houver erro em letras ou números, anule-os e corrija imediatamente acima;
- Em caso de erro no registo de uma palavra, anule e corrija imediatamente acima;
- Se não for possível corrigir o erro de forma legível, utilize um formulário novo, transcrevendo cuidadosamente os dados já recolhidos na presença do entrevistado.

## Referências

DASS-21: Lovibond, S.H. & Lovibond, P.F. (1995). Manual for the Depression Anxiety & Stress Scales. (2nd Ed.) Sydney: Psychology Foundation.

Heckman, J.J., 1981. The incidental parameters problem and the problem of initial conditions in estimating a discrete time–discrete data stochastic process. In: Structural Analysis of Discrete Data with Econometric Applications, Manski CF, McFadden D (eds). MIT Press: Cambridge, MA, 179–195.

Honoré, B. E., and E. Kyriazidou, 2000. Panel Data Discrete Choice Models with Lagged Dependent Variables. *Econometrica*, 68 (4), 839–874.



<b>LOCALIZAÇÃO DO ALOJAMENTO</b>	
Rua, Av, Pc, etc.  _____	Desig. Rua, Av, Pc, etc.  _____
_____	
_____	
Edifício (BL, TR, etc.)  _____	Nº de porta  _____
_____	
_____	
Lugar  _____	Andar ou piso  _____
_____	
_____	
Localidade  _____	Lado, letra, etc.  _____
_____	
_____	
CÓDIGO POSTAL  _____ -  _____  _____	

<b>Caracterização Geral</b>	
<p>1. Qual é a sua condição facetrabalho?</p>	<p>1. Empregado/a a tempo inteiro</p> <p>2. Empregado/a a tempo parcial</p> <p>3. Trabalhador/a independente</p> <p>4. Desempregado/a, à procura de emprego</p> <p>5. É doméstica/o</p> <p>6. Inativo/a</p> <p>7. Estudante</p> <p>8. Reformado/a</p> <p>9. Outro</p> <p>10. Não responde</p> <p>11. Não sabe</p>

Ir para a questão 1.1

Ir para a questão 1.2



<p>1.1 Se está empregado/a, há quantos meses se encontra empregado/a?</p>	<p>1.  __ __ __  2. Não responde 3. Não sabe</p>
<p>1.2 Se está empregado/a, qual é o seu tipo de contrato de trabalho?</p>	<p>1. contrato de trabalho a termo certo 2. contrato de trabalho a termo incerto 3. contrato de trabalho sem termo 4. contrato de trabalho de curta duração 5. contrato de trabalho a tempo parcial 6. trabalho temporário 7. prestação de serviços 8. Não responde 9. Não sabe</p>
<p>1.3 Se está desempregado/a, há quantos meses se encontra desempregado/a?</p>	<p>1.  __ __ __  2. Não responde 3. Não sabe</p>
<p>2. Qual é o seu atual rendimento mensal bruto (antes de impostos)? Por favor, escreva os dígitos correspondentes ao seu rendimento mensal:</p>	<p>1.  __ __ __ __ __ __  € 2. Não responde 3. Não sabe</p>
<p>3. Qual é o seu atual rendimento mensal líquido? Por favor, escreva os dígitos correspondentes ao seu rendimento mensal:</p>	<p>1.  __ __ __ __ __ __  € 2. Não responde 3. Não sabe</p>
<p>4. Qual é o seu nível de educação mais elevado concluído?</p>	<p>1. Ensino primário 2. Ensino básico 6º ano 3. Ensino básico 9º ano 4. Ensino secundário 5. Ensino pós-secundário ou curso técnico 6. Licenciatura 7. Mestrado 8. Não responde 9. Não sabe</p>
<p>5. Em que ano terminou o seu nível mais elevado completo de escolaridade?</p>	<p>1.  __ __ __ __  2. Não responde 3. Não sabe</p>
<p>6. Está atualmente a frequentar algum nível de escolaridade?</p>	<p>1. Sim 2. Não 3. Não responde 4. Não sabe</p>

Salte a questão 6.1

6.1 Se respondeu "sim" à questão anterior, indique qual:	1. _____ (Nível de escolaridade) 2. Não responde 3. Não sabe
7. Quantos anos de experiência profissional tem? Exclua períodos de desemprego e inatividade da sua experiência.	1  __ __  (anos) 2 Não responde 3 Não sabe
8. Qual é o seu género?	1. Masculino 2. Feminino 3. Outro 4. Não responde
9. Data de nascimento:	1.  __ __ __ __ __ __ __ __ __ __ __ __  2. Não responde 3. Não sabe
10. Qual é o seu estado civil?	1. Solteiro/a, nunca casado/a 2. Casado/a ou união de facto 3. Divorciado/a ou separado/a 4. Viúvo/a 5. Não responde 6. Não sabe
11. Nasceu em Portugal?	1. Sim 2. Não. Em que país nasceu?: _____ 3. Não responde 4. Não sabe

<p>12. Tem nacionalidade portuguesa?</p>	<p>1. Sim 2. Não. Nacionalidade: _____ 3. Não responde 4. Não sabe</p>
<p>13. O seu pai nasceu em Portugal?</p>	<p>1. Sim 2. Não. Em que país nasceu?: _____ 3. Não responde 4. Não sabe</p>
<p>14. A sua mãe nasceu em Portugal?</p>	<p>1. Sim 2. Não. Em que país nasceu?: _____ 3. Não responde 4. Não sabe</p>

<p><b>Módulo 1: Condições de Vida</b></p>	
<p><b>Parte A</b></p>	
<p>Caso tenha menos que 18 anos, passe para a Parte B.</p>	
<p>1. Teve trabalho remunerado no mês passado?</p>	<p>1. Sim } <span style="border: 1px solid red; padding: 2px;">Saltar a questão 2</span> 2. Não 3. Não responde 4. Não Sabe</p>

1.1 Caso tenha respondido “Não”, esteve afastado do trabalho?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim, por motivo de doença</li> <li>2. Sim, por motivo de férias</li> <li>3. Sim, por motivo de licença</li> <li>4. Sim, por outro motivo</li> <li>5. Não</li> </ol> Se respondeu “Não”, passe para a questão 5.
2. No mês passado qual foi a sua remuneração líquida do trabalho? (excluindo os subsídios de férias e de Natal)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.  __ __ __ __ __ __  €</li> <li>2. Recusa</li> <li>3. Não sabe</li> </ol>
3. Essa remuneração foi proveniente de dois ou mais empregos?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não</li> <li>2. Sim.</li> </ol> Se respondeu “Não”, passe para a questão 5.
4. Separe o rendimento da questão 2 por emprego:	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Remuneração do emprego principal:  __ __ __ __ __ __  €</li> <li>2. Remuneração do emprego secundário:  __ __ __ __ __ __  €</li> <li>3. Remuneração de empregos terciários:  __ __ __ __ __ __  €</li> </ol>
5. Teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não Sabe</li> </ol> Se não respondeu “Sim”, passe para a pergunta 10.
6. Quantos meses trabalhou durante esse período?	__ __ __  meses
7. Quantos trabalhos diferentes teve durante esse período?	__ __  trabalhos diferentes
8. Qual foi a remuneração bruta de todos esses trabalhos nos últimos 12 meses?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.  __ __ __ __ __ __  €</li> <li>2. Não responde</li> <li>3. Não sabe</li> </ol>
9. Teve dois ou mais empregos ao mesmo tempo em algum momento nos últimos 12 meses?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> </ol>

<p>10. Quanto recebe, normalmente e por mês, proveniente de:</p>	<p>1. Subsídio de desemprego:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>2. Pensões de aposentação:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>3. Outras pensões da segurança social:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>4. Outras ajudas/doações:  _ _ _ _ _ _ _  €</p>
<p><b>Parte B – Agregado Familiar</b></p>	
<p>11. Quantas pessoas estão inseridas no seu agregado familiar?</p>	<p>1.  _ _ </p> <p>2. Não responde</p> <p>3. Não sabe</p>
<p>12. Qual é o rendimento mensal aproximado do seu agregado familiar?</p>	<p>1.  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>2. Não responde</p> <p>3. Não sabe</p>
<p>13. A família, num mês normal, tem uma despesa com: (deixar em branco caso não tenham essa despesa.)</p>	<p>1. Energia Elétrica:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>2. Água e resíduos:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>3. Gás e lenha:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>4. Alimentação:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>5. Higiene e limpeza:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>6. Transporte:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>7. Habitação:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>8. Medicamentos:  _ _ _ _ _ _ _  €</p> <p>9. Não responde</p> <p>10. Não sabe</p>

14. Lista de integrantes do agregado familiar:

Nº	NIF da pessoa	Grau de Parentesco	Idade
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

Nota: Caso não saiba / se recuse a responder a alguma informação da tabela, deixe essa informação em branco.

**Parte C - Habitação**

15. Qual é a sua situação em relação à habitação principal?

1. Proprietário/a com hipoteca
2. Proprietário/a sem hipoteca
3. Arrendatário/a
4. Alojamento cedido
5. Outra (por favor, especifique)

Ir para a questão 15.1

15.1 *Caso responda “proprietário/a com hipoteca” ou “proprietário/a sem hipoteca”, qual foi o valor mensal total da prestação/renda da habitação/casa?*

1. |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| €
2. Não responde
3. Não sabe

16. A casa tem uso exclusivo do agregado familiar ou é partilhado com outro agregado?

1. Apenas para uso do agregado familiar
2. Partilhado
3. Não responde
4. Não sabe

Ir para a questão 16.1

16.1. *Caso tenha respondido “Partilhado”, quantas pessoas que não se inserem no seu agregado familiar moram no seu domicílio?*

|\_|\_| pessoas

17. Quantos quartos tem a sua habitação?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.  __ __  (Número)</li> <li>2. Não responde</li> <li>3. Não sabe</li> </ol>
18. Alguma das pessoas inseridas no seu agregado familiar tem dificuldades motoras?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim } Ir para a questão 18.1</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
18.1. A sua habitação está adaptada para pessoas com dificuldades motoras?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim } Ir para a questão 18.2</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
18.2. Se respondeu que "sim": a que grau a habitação está adaptada?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Completamente adaptada</li> <li>2. Muito adaptada</li> <li>3. Pouco adaptada</li> <li>4. Não responde</li> <li>5. Não sabe</li> </ol>
19. Como avalia o conforto climático na sua habitação?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Muito bom</li> <li>2. Bom</li> <li>3. Razoável</li> <li>4. Mau</li> <li>5. Muito mau</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ol>
20. Na sua habitação, algum teto deixa passar água ou existe humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
<b>Parte D - Saúde</b>	

20. Como avalia o seu acesso a serviços de saúde e cuidados médicos?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Muito bom</li> <li>2. Bom</li> <li>3. Mais ou menos</li> <li>4. Mau</li> <li>5. Muito mau</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ol>
20.1 Quando precisa de atendimento de urgência médica, consegue ser atendido rapidamente?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
20.2 Qual é o tempo médio de espera que costuma experienciar para conseguir uma marcação de consulta?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Menos de um mês</li> <li>2. Entre um a três meses</li> <li>3. Entre três a seis meses</li> <li>4. Mais de seis meses</li> <li>5. Não responde</li> <li>6. Não sabe</li> </ol>
21. De uma maneira geral, como considera o seu estado de saúde?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Muito bom</li> <li>2. Bom</li> <li>3. Razoável</li> <li>4. Mau</li> <li>5. Muito mau</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ol>
22. Tem alguma doença crónica ou algum problema de saúde prolongado?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim } Ir para a questão 22.1</li> <li>2. Não } Ir para a questão 23</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>



<p>22.1. <i>Se respondeu que sim: considera que a doença crónica ou problema de saúde prolongado condiciona as suas atividades diárias?</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
<p>22.2. <i>Se respondeu que sim: a que nível são as suas atividades diárias condicionadas pela doença crónica ou problema de saúde prolongado?</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Condiciona totalmente</li> <li>2. Condiciona em grande parte</li> <li>3. Condiciona a nível moderado</li> <li>4. Condiciona pouco</li> <li>5. Não responde</li> <li>6. Não sabe</li> </ol>
<p>23. Com que frequência se sente isolado/a ou só?</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nunca</li> <li>2. Raramente</li> <li>3. Algumas vezes</li> <li>4. Frequentemente</li> <li>5. Sempre</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ol>
<p>24. Como avalia a qualidade da sua alimentação?</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Excelente</li> <li>2. Boa</li> <li>3. Razoável</li> <li>4. Pobre</li> <li>5. Muito pobre</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ol>

25. Pratica atividade física regularmente?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Diariamente</li><li>2. Várias vezes por semana</li><li>3. Semanalmente</li><li>4. Raramente</li><li>5. Nunca</li><li>6. Não responde</li><li>7. Não sabe</li></ol>
26. Tem acesso a espaços verdes ou áreas para recreação e exercício físico na sua área de residência?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sim</li><li>2. Não</li><li>3. Não responde</li><li>4. Não sabe</li></ol>
27. Como avalia o seu nível de stresse no dia a dia?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Muito alto</li><li>2. Alto</li><li>3. Moderado</li><li>4. Baixo</li><li>5. Muito baixo</li><li>6. Não responde</li><li>7. Não sabe</li></ol>
28. Nos últimos 12 meses, teve dificuldades financeiras para cobrir despesas relacionadas com a saúde (como consultas, medicamentos, tratamentos)?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sim</li><li>2. Não</li><li>3. Não responde</li><li>4. Não sabe</li></ol>
29. Recebe suporte emocional ou psicológico por um profissional de saúde adequado quando necessário?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sempre</li><li>2. Frequentemente</li><li>3. Às vezes</li><li>4. Raramente</li><li>5. Nunca</li><li>6. Não responde</li><li>7. Não sabe</li></ol>

30. Na última semana, em média, quantas horas de sono teve por dia?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mais de 10</li> <li>2. Entre 8 e 10</li> <li>3. Entre 6 e 8</li> <li>4. Menos de 6</li> <li>5. Não responde</li> <li>6. Não sabe</li> </ol>
<b>Parte E – Trabalho e relações pessoais</b>	
Caso não se apliquem, devido à sua condição profissional, não responda às questões 31 a 38.1	
31. Qual é o seu nível de satisfação com o seu trabalho ou ocupação atual?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Muito satisfeito/a</li> <li>2. Satisfeito/a</li> <li>3. Neutro/a</li> <li>4. Insatisfeito/a</li> <li>5. Muito insatisfeito/a</li> <li>6. Não se aplica</li> <li>7. Não responde</li> <li>8. Não sabe</li> </ol>
32. Como avalia o equilíbrio entre o seu trabalho e a sua vida pessoal?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Excelente</li> <li>2. Bom</li> <li>3. Mais ou menos</li> <li>4. Mau</li> <li>5. Muito mau</li> <li>6. Não aplicável</li> <li>7. Não responde</li> <li>8. Não sabe</li> </ol>

32.1 Num dia de semana, quantas horas trabalha por dia?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Mais de 12 horas</li><li>2. Entre 8 a 12 horas</li><li>3. Entre 8 a 6 horas</li><li>4. Menos de 6 horas</li><li>5. Não responde</li><li>6. Não sabe</li></ol>
32.2 Trabalha frequentemente fora do seu horário de trabalho?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sim</li><li>2. Não</li><li>3. Não responde</li><li>4. Não sabe</li></ol>
33. Tem sentido apoio por parte dos seus colegas de trabalho e/ou superiores?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sempre</li><li>2. Frequentemente</li><li>3. Às vezes</li><li>4. Raramente</li><li>5. Nunca</li><li>6. Não aplicável</li><li>7. Não responde</li><li>8. Não sabe</li></ol>
34. Como considera o impacto do seu trabalho na sua saúde mental?	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Muito positivo</li><li>2. Positivo</li><li>3. Neutro</li><li>4. Negativo</li><li>5. Muito negativo</li><li>6. Não aplicável</li><li>7. Não responde</li><li>8. Não sabe</li></ol>

35. Quão fácil é para si desconectar-se do trabalho nos seus períodos de descanso?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Muito fácil</li> <li>2. Fácil</li> <li>3. Difícil</li> <li>4. Muito difícil</li> <li>5. Não aplicável</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ol>
36. Enfrentou situações de conflito no trabalho nos últimos 6 meses?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
37. Considera que seu trabalho é reconhecido?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
38. Sente que o seu trabalho impacta positivamente na sua vida pessoal?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim } Ir para a questão 38.1</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
38.1 Se respondeu "Sim" à pergunta 38, de que maneira sente esse impacto positivo?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Melhoria na qualidade de vida</li> <li>2. Desenvolvimento pessoal e profissional</li> <li>3. Melhores relações com amigos e família devido ao estresse reduzido</li> <li>4. Outro</li> <li>5. Não responde</li> <li>6. Não sabe</li> </ol>

39. Com que frequência se sente satisfeito/a com os seus relacionamentos pessoais (família, amigos, etc.)?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nunca</li> <li>2. Raramente</li> <li>3. Algumas vezes</li> <li>4. Frequentemente</li> <li>5. Sempre</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ol>
40. Quanto tempo por semana dedica a atividades de lazer ou hobbies?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nenhuma hora</li> <li>2. 1 a 5 horas</li> <li>3. 6 a 10 horas</li> <li>4. 11 a 15 horas</li> <li>5. Mais de 15 horas</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ol>
<b>Parte F – Situação Económica</b>	
41. Tendo em conta o rendimento total do seu agregado familiar, como é que o seu agregado consegue pagar todas as despesas habituais?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Com grande dificuldade</li> <li>2. Com dificuldade</li> <li>3. Com alguma dificuldade</li> <li>4. Com alguma facilidade</li> <li>5. Com facilidade</li> <li>6. Com grande facilidade</li> </ol>
42. Pense em todas as despesas com as quais o seu agregado familiar tem de lidar habitualmente. Diga, por favor, qual é aproximadamente o rendimento mínimo mensal necessário para fazer face às despesas habituais?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.  _ _ _ _ _  €</li> <li>2. Não responde</li> <li>3. Não sabe</li> </ol>
43. Quantas refeições efetua por dia?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.  _ _ </li> <li>2. Não responde</li> <li>3. Não sabe</li> </ol>

44. Nos últimos 12 meses, houve alguma altura em que teve preocupação de não ter comida suficiente para comer, por falta de dinheiro ou outros recursos?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
45. Nos últimos 12 meses, houve alguma altura em que consumiu apenas alguns tipos de comida/alimentos por falta de dinheiro ou outros recursos?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
46. Nos últimos 12 meses, houve alguma altura em que ficou um dia inteiro sem comer, por falta de dinheiro ou outros recursos?	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ol>
47. Nos últimos 12 meses deixou de realizar ou adiou algum tratamento de saúde por falta de dinheiro ou outros recursos?	
48. Nos últimos 12 meses não substituiu equipamentos domésticos danificados por falta de dinheiro ou outros recursos?	

## Módulo 2: Estado Psicológico

Neste módulo, estamos interessados em compreender melhor diversos aspetos referentes ao seu estado psicológico.

As suas respostas serão fundamentais para nos ajudar a identificar áreas de melhoria e garantir que estamos a oferecer o melhor suporte possível. Por favor, responda às perguntas com sinceridade e da forma mais completa possível. Agradecemos a sua participação!

Por favor, leia cada afirmação e, em cada uma delas, marque a resposta que mais próximo o/a identifica na última semana.

**As opções são comuns a todas as questões. Marque à frente de cada pergunta o número que o/a identifica mais.**

<b>Módulo 2: Estado Psicológico</b>	
1. Tive dificuldade em me acalmar	5. Não se aplicou de maneira alguma 6. Aplicou-se em algum grau, ou por pouco de tempo 7. Aplicou-se em um grau considerável, ou por uma boa parte do tempo 8. Aplicou-se muito, ou na maioria do tempo 9. Aplicou-se sempre 10. Recusa responder 11. Não sei
2. Senti a minha boca seca	
3. Não consegui sentir nenhum sentimento positivo	
4. Tive dificuldade em respirar (ex. respiração ofegante, falta de ar sem ter feito nenhum esforço físico)	
5. Tive dificuldade em tomar iniciativa para fazer as coisas	
6. Tive a tendência a reagir de forma exagerada em determinadas situações	
7. Senti tremores (ex. nas mãos)	
8. Senti que estava sempre nervoso/a	
9. Preocupei-me com situações em que podia parecer ridículo/a	
10. Senti que não tinha nada a desejar	
11. Senti-me agitado/a	
12. Senti dificuldade em relaxar	
13. Senti-me depressivo/a e sem ânimo	
14. Senti-me intolerante com coisas que me impediam de continuar as tarefas que estava a fazer	
15. Senti que ia entrar em pânico	
16. Não me consegui entusiasmar com nada	



17. Senti que não tinha valor como pessoa	
18. Senti que estava um pouco emotivo/sensível demais	
19. Sabia que meu coração estava alterado mesmo não tendo feito nenhum esforço físico (ex. aumento da frequência cardíaca, disritmia cardíaca)	
20. Senti medo sem razão aparente	
21. Senti que a vida não tinha sentido	

**Necessario**

**Identificar modalidades dos benefícios e quanto tempo; para não haver problems no cruzamento de dados do pessoas com o nif**

**Identificar variáveis de impacto na autonomia e dependencia;**

## Módulo 3: Qualidade de vida de pessoas com deficiência

**Introdução:**

Neste módulo, estamos interessados em compreender melhor diversos aspetos referentes a qualidade de vida de pessoas com deficiência.

As suas respostas serão fundamentais para nos ajudar a identificar áreas de melhoria e garantir que estamos a oferecer o melhor suporte possível. Por favor, responda às perguntas com sinceridade e da forma mais completa possível. Agradecemos a sua participação! Este questionário está dividido em 6 partes. A parte A deve ser respondida por todas as pessoas com deficiência. As restantes 4 partes caracterizam por tipos de deficiência e só devem ser respondidas caso sejam aplicáveis:

- A parte B caso a deficiência seja física;
- A parte C caso a deficiência seja auditiva;
- A parte D caso a deficiência seja visual;
- A parte E caso a deficiência seja mental.

<b>Módulo 3: Qualidade de vida de pessoas com deficiência</b>	
<b>Parte A – Caracterização Geral</b>	
1. Qual é o tipo da sua deficiência? (Selecione todas as que se aplicam)	1. Física 2. Auditiva 3. Visual 4. Mental 5. Não responde 6. Não sabe
2. Em que medida se sente incluído/a na comunidade em que vive?	Numa escala de 1 a 5, em que: 1 - Pouco incluído/a e 5 - Muito incluído/a.
3. Tem acesso adequado a serviços de saúde e reabilitação?	Numa escala de 1 a 5, em que 1 - Acesso insuficiente e 5 - Acesso totalmente adequado.
4. Como avalia o suporte disponibilizado através do programa MAVI para lidar com desafios específicos relacionados à sua deficiência ou à sua condição?	Numa escala de 1 a 5, em que 1 - Insuficiente e 5 - Totalmente adequado.
5. Como percebe o apoio oferecido por familiares, amigos ou cuidadores na sua vida diária?	Numa escala de 1 a 5, em que 1 - Insuficiente e 5 - Totalmente adequado.
5.1. Com que frequência recebe apoio de familiares, amigos ou cuidadores na sua vida diária? (Por exemplo: diariamente, semanalmente, mensalmente, raramente)	1. Diariamente 2. Semanalmente 3. Mensalmente 4. Raramente 5. Não responde 6. Não sabe
5.2. Como avaliaria a qualidade do apoio recebido de familiares, amigos ou cuidadores? (Por exemplo: muito satisfatório, satisfatório, insatisfatório, muito insatisfatório)	1. Muito bom 2. Bom 3. Mais ou menos 4. Mau

	<p>5. Muito mau</p> <p>6. Não responde</p> <p>7. Não</p>
6. Sente-se seguro/a e protegido/a na sua comunidade?	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 - Não me sinto seguro/a, e 5 - Sinto-me totalmente seguro/a.</p>
7. É ou foi beneficiário de algum tipo de apoio relacionado com a sua deficiência?	<p>1. Sim } Ir para a questão 7.1</p> <p>2. Não</p> <p>3. Recusa</p> <p>4. Não responde</p>
7.1 Qual o nome do programa em que esteve inserido?	<p>_____</p> <p>Código:</p>
7.2 Teve alguma modalidade/linha de ação específica?	<p>_____</p>
8. Na sua opinião, qual é o seu nível de autonomia e independência física?	<p>Numa escala de 1 a 10, em que 1 – Totalmente dependente e 10 - Totalmente independente.</p>
<p><b>Para cada tipo de deficiência selecionado, as seguintes seções específicas devem ser respondidas. Caso não seja aplicável, devido a sua condição, não preencha essa “Parte”.</b></p>	
<p><b>Parte B - Deficiência Física</b></p>	
<p><b>Não preencha, caso não se aplique à sua condição!</b></p>	
9. Tem dificuldades em aceder a edifícios públicos devido à sua deficiência física?	<p>1. Sim } Ir para a questão 9.1</p> <p>2. Não</p> <p>3. Não responde</p> <p>4. Não sabe</p>

<p>9.1. Se respondeu "Sim" à pergunta 8, que tipo de melhorias facilitariam seu acesso?</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rampa de acesso</li> <li>2. Elevadores</li> <li>3. Sanitários adaptados</li> <li>4. Outro (por favor, especifique)</li> <li>5. Não responde</li> <li>6. Não sabe</li> </ol>
<p>10. Como avalia as barreiras arquitetônicas no ambiente em que vive?</p>	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 - Muito difícil e 5 - Muito fácil.</p>
<p>11. Como avalia as acessibilidades na comunidade onde vive?</p>	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 – Muito insuficiente e 5 - Totalmente adequado.</p>
<p>12. Como classificaria a sua capacidade em realizar atividades diárias básicas? (Não tem de as realizar de forma autónoma.)</p>	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 – Totalmente incapaz e 5 - Totalmente capaz.</p>
<p>12.1. Como classificaria a sua capacidade em tomar banho? (Não tem de o realizar de forma autónoma.)</p>	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 – Totalmente incapaz e 5 - Totalmente capaz.</p>
<p>12.2. Como classificaria a sua capacidade de se vestir? (Não tem de o realizar de forma autónoma.)</p>	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 – Totalmente incapaz e 5 - Totalmente capaz.</p>
<p>12.3. Como classificaria a sua capacidade de se alimentar? (Não tem de o realizar de forma autónoma.)</p>	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 – Totalmente incapaz e 5 - Totalmente capaz.</p>
<p>13. Em média, quanto tempo dedica diariamente a cuidados pessoais?</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 30 minutos ou menos</li> <li>2. Entre 30 minutos e uma hora</li> <li>3. Entre 1 a 2 horas</li> <li>4. Entre 2 a 3 horas</li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>5. 3 horas ou mais</li> <li>6. Não responde</li> <li>7. Não sabe</li> </ul>
<b>Parte C - Deficiência Auditiva</b>	
<b>Não preencha, caso não se aplique à sua condição!</b>	
14. Sente que as pessoas estão bem preparadas para comunicar consigo, considerando sua deficiência auditiva?	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não } Ir para a questão 14.1</li> <li>3. Não responde</li> <li>4. Não sabe</li> </ul>
14.1. Se respondeu "Não" à pergunta 11, que recursos de comunicação ajudariam na sua inclusão?	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Intérpretes de linguagem gestual</li> <li>2. Textos/transcrições disponíveis</li> <li>3. Tecnologia de assistência (aplicações de tradução, etc.)</li> <li>4. Não responde</li> <li>5. Não sabe</li> </ul>
15. Considera suficiente a disponibilidade de tecnologias de assistência auditiva (como dispositivos de amplificação sonora ou serviços de transcrição) na sua comunidade?	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 é "Totalmente insuficiente" e 5 é "Totalmente suficiente"</p>
<b>Parte D - Deficiência Visual</b>	
<b>Não preencha, caso não se aplique à sua condição!</b>	
16. Como avalia a disponibilidade de materiais em formatos acessíveis (braille, áudio, etc.) na sua comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Muito insuficiente</li> <li>2. Insuficiente</li> <li>3. Suficiente</li> <li>4. Muito suficiente</li> <li>5. Não responde</li> <li>6. Não sabe</li> </ul>
17. Na sua opinião, existe um esforço adequado da sua comunidade para fornecer informações em formatos alternativos acessíveis, como áudio ou braille?	<p>Numa escala de 1 a 5, em que 1 é "Esforço totalmente</p>

	inadequado" e 5 é "Esforço excelente".					
<b>Parte E - Deficiência Mental</b>						
<b>Não preencha, caso não se aplique à sua condição!</b>						
18. Considera que existem programas de apoio educacional ou de emprego adequados para as suas necessidades?	<table border="0"> <tr> <td>1. Sim</td> <td rowspan="4">} Ir para a questão 18.1</td> </tr> <tr> <td>2. Não</td> </tr> <tr> <td>3. Não responde</td> </tr> <tr> <td>4. Não sabe</td> </tr> </table>	1. Sim	} Ir para a questão 18.1	2. Não	3. Não responde	4. Não sabe
1. Sim	} Ir para a questão 18.1					
2. Não						
3. Não responde						
4. Não sabe						
18.1 Se respondeu "Sim" à pergunta 18, sente que estes programas são facilmente acessíveis?	<table border="0"> <tr> <td>1. Sim</td> </tr> <tr> <td>2. Não</td> </tr> <tr> <td>3. Não responde</td> </tr> <tr> <td>4. Não sabe</td> </tr> </table>	1. Sim	2. Não	3. Não responde	4. Não sabe	
1. Sim						
2. Não						
3. Não responde						
4. Não sabe						

## PI15 - Balanço Final

Ao concluir este processo de desenvolvimento metodológico para a avaliação de programas de emprego para a inclusão, é fundamental destacar vários pontos cruciais que emergiram durante este trabalho.

Primeiramente, é indispensável ressaltar a importância das análises contrafactuais. Comparar os resultados obtidos com a implementação da política com um cenário hipotético no qual a política não foi implementada oferece uma visão mais clara e precisa da eficácia das intervenções governamentais. Essas análises proporcionam uma compreensão aprofundada do impacto das políticas, permitindo distinguir os efeitos diretos da intervenção de outros fatores externos que possam influenciar os resultados.

No entanto, podem ter também algumas desvantagens. A primeira é que a implementação das metodologias propostas pode ser complexa e exigir recursos significativos, tanto em termos de tempo quanto de expertise técnica. A segunda é a dependência face aos dados necessários, cuja obtenção é fulcral para a análise. Não obstante, as vantagens da implementação destas metodologias compensam as suas desvantagens.

Quanto aos indicadores e fontes de informação propostos, é importante reconhecer tanto os pontos fortes quanto as limitações. Os indicadores selecionados são relevantes, confiáveis e sensíveis às mudanças provocadas pelas políticas em estudo. Mais ainda, todas as fontes de informação usadas são robustas e garantem a qualidade dos dados utilizados nas análises.

No entanto, nem todas as questões conseguem ser respondidas usando uma análise de contrafactual muito precisa. Não devemos negligenciar fatores mais subjetivos, como a motivação e a autoestima dos participantes, identificados como elementos-chave para o sucesso de programas durante o *focus group* realizado neste estudo. Compreender esses aspectos subjetivos é essencial para contextualizar os resultados quantitativos e qualitativos da avaliação.

Derivado desta necessidade mais qualitativa, também propomos metodologias que se baseiam na recolha destas dimensões, muitas vezes negligenciadas, e a verificar com simples metodologias “*before and after*” qual foi o impacto nos participantes.

No futuro, para mitigar as limitações das avaliações, é essencial investir em melhorias na coleta e análise de dados, bem como na diversificação das fontes de informação. Isso pode envolver o desenvolvimento de novas ferramentas de coleta de dados, a integração de fontes de dados alternativas, e criação de variáveis que permitam o cruzamento de várias bases de dados diferentes.

É importante destacar que a equipa teve preferência por análises aprofundadas em vez de mais análises compostas por metodologias mais simples. Uma abordagem focada em análises aprofundadas proporciona uma compreensão mais detalhada e abrangente dos impactos das políticas, destacando padrões, tendências e nuances que podem passar despercebidas em análises superficiais. Priorizar a qualidade sobre a quantidade de análises permite-nos extrair conclusões mais significativas e relevantes, contribuindo para uma avaliação mais eficaz e uma tomada de decisão mais informada.

Desta forma, as propostas de avaliação apresentadas desempenham um papel crucial no combate à pobreza, promovendo a inclusão pelo trabalho de maneira significativa. Ao oferecer uma análise aprofundada e abrangente dos programas de emprego para a inclusão, estas

metodologias fornecem informações que podem conduzir a políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

As nossas propostas de avaliação, ao identificarem os mecanismos que levam ao sucesso de uma política, permitem entender melhor como essas iniciativas contribuem para a redução da pobreza e a promoção da inclusão social. Isso possibilita identificar quais os programas mais eficazes para fornecer oportunidades de trabalho digno e sustentável aos grupos mais vulneráveis da sociedade, levando a uma alocação mais eficiente dos recursos disponíveis.

Ao identificar esses fatores-chave, podemos informar a concepção e implementação de políticas mais eficazes e abrangentes, que atendam às necessidades específicas dos indivíduos em situação de pobreza e promovam sua inclusão econômica e social de forma sustentável.

Além disso, ao analisar os efeitos desses programas sobre a participação no mercado de trabalho e os rendimentos dos beneficiários, podemos avaliar sua eficácia em fornecer meios de subsistência adequados e promover a autonomia financeira das famílias em situação de pobreza. Isso pode ajudar a quebrar o ciclo de pobreza ao oferecer às pessoas as ferramentas e oportunidades necessárias para sair da pobreza e construir um futuro mais próspero.

Em suma, ao avaliar e aprimorar continuamente os programas de emprego para a inclusão, podemos desempenhar um papel significativo no combate à pobreza e na promoção da inclusão pelo trabalho. Ao fornecer oportunidades de emprego digno, capacitação e suporte para os mais vulneráveis da sociedade, podemos criar um futuro mais justo e equitativo para todos, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Por último, é fundamental realçar que estas metodologias propostas para avaliar os programas de emprego para a inclusão têm potencial para serem aplicadas em outras áreas além desse universo específico. Com ajustes adequados e a adaptação de alguns elementos, essas metodologias podem ser expandidas para avaliar uma variedade de políticas e programas em diferentes contextos. Portanto, ao reconhecer o potencial de generalização dessas metodologias, podemos ampliar o seu alcance e impacto, contribuindo para uma avaliação mais abrangente e informada das políticas públicas em diversas áreas.